

QUEBRANDO MITOS Juventude, Participação e Políticas

Perfil, percepções e recomendações dos
participantes da 1ª Conferência Nacional
de Políticas Públicas para a Juventude

RESUMO EXECUTIVO

Autoras:
Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Secretaria-Geral de Presidência da República

Ministro-Chefe: *Luiz Soares Dulci*

Secretário-Executivo: *Antonio Roberto Lambertucci*

Secretário Nacional de Articulação Social:

Gerson Luiz de Almeida Silva

Secretário Nacional de Estudos e Pesquisas

Político-Institucionais: *Wagner Caetano*

Secretaria Nacional de Juventude

Secretário Nacional de Juventude: *Beto Cury*

Conselho Nacional de Juventude - Conjuve 2007/2008

Mesa Diretora

Presidente: *Danilo Moreira da Silva*

Vice-Presidente: *Maria Virginia de Freitas*

Secretário-Executivo: *José Eduardo de Andrade*

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO FEDERAL

Secretaria-Geral da Presidência da República

Danilo Moreira da Silva, titular

José Eduardo de Andrade, suplente

Ministério da Educação

Carmem Isabel Gatto, titular

Dimitri Assis Silveira, suplente

Ministério do Trabalho e Emprego

Ezequiel Souza Nascimento, titular

Renato Ludwig de Souza, suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Aidê Cançado Almeida, titular

Carla Márcia de Lacerda Alves, suplente

Ministério da Saúde

Thereza de Lamare Franco Netto, titular

Ana Sudária Lemos Serra, suplente

Ministério da Ciência e Tecnologia

Joe Carlo Viana Valle, titular

Solisângela Rocha dos Montes, suplente

Ministério da Cultura

Pedro Junqueira Pessoa, titular

Elisidário Peires Palermo Júnior, suplente

Ministério da Defesa

Fernando Wandscheer de Moura Alves, titular

Marcos N. Soares, suplente

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fabiano Kempfer, titular

Marcelo Pickersgill, suplente

Ministério do Esporte

Antônio Apolinário Rebelo, titular

Danielle F. dos Santos Gruneich, suplente

Ministério do Meio Ambiente

Marcos Sorrentino, titular

Maria Thereza Teixeira, suplente

Ministério da Justiça

Reinaldo Chaves Gomes, titular

Vinicius Gomes Wu, suplente

Ministério das Relações Exteriores

Nicola Speranza, titular

Rita Bered de Curtis, suplente

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ane Rosenir Teixeira da Cruz, titular

Elizabeth Saar de Freitas, suplente

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Giovanni Harvey, titular

Bárbara Oliveira de Souza, suplente

Secretaria Especial de Direitos Humanos

Márcia Ustra Soares, titular

Karla C. C. Batista, suplente

Gabinete de Segurança Institucional

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas/
SENAD

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, titular

Carla Dal Bosco, suplente

REPRESENTANTES DOS PODERES PÚBLICOS ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL, MUNICIPAL E LEGISLATIVO FEDERAL

Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude

Marcos Aurélio Garcia de Lemos, titular

Roberto Rocha Tross, Suplente

Frente Nacional de Prefeitos

Rosilene Mendes dos Santos, titular

Confederação Nacional de Municípios

Ricardo Hermany, suplente

Frente Parlamentar de Políticas para a

Juventude da Câmara dos Deputados

Paulo Henrique Lustosa, titular

União Nacional de Assembléias Legislativas - UNALE

Rodrigo Soares, suplente

**REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
- ENTIDADES QUE ATUAM NA DEFESA E
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE**

**Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e
Informação**
Maria Virginia Freitas, titular

Associação Cidade Escola Aprendiz
Judith R. Terreiro, suplente

Aliança Bíblica Universitária do Brasil - ABUB
Patrick Timmer, Titular
Sarah Domingues da Rocha Nigri, suplente

Aracati - Agência de Mobilização Social
Luciana Martinelli, Titular

Instituto Companheiros das Américas
Claudia Maria Machado França, Suplente

Articulação Política de Juventudes Negras
Samoury Mugabe Ferreira

**Rede Nacional de Organizações de Juventude
- RENAJU**
Daniel Gutemberg Ribeiro da Silva, suplente

Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
Allan Aroni, titular
Augusto Sérgio Vasconcelos de Oliveira, suplente

**Associação Brasileira de Gays, Lésbicas,
Bissexuais, Travestis, Transexuais e
Transgêneros - ABGLT**
Enéias Germano Pereira, titular

**Grupo E-Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas
e Aliados**
Felipe Andréas Guedes, suplente

**Confederação Nacional de Jovens Empresários
- CONAJE**
Leonardo de Bayma Rebouças, titular

**Confederação Brasileira de Empresas Juniores
- Brasil Júnior**
Jones Madruga de Souza Junior, suplente

**Centro de Estudos e Memória da Juventude
- CEMJ**
Fabiana de Souza Costa, titular
Gustavo Lemos Petta, suplente

Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA
Tiago Ferreira Alves, titular
Alexandre de Souza Santini Rodrigues, Suplente

**Confederação Brasileira de Desporto
Universitário - CBDU**
Gabriel Vieira de Souza, titular
Darcy Vieira Gomes, suplente

Confederação das Mulheres do Brasil
Janaina Conceição Deitos, titular

Centro Popular da Mulher - CPM
Ana Carolina Barbosa, suplente

Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB
Gilson da Cruz Rodrigues, titular
Ana Paula Mendes Gomes, suplente

**Confederação Nacional dos Trabalhadores na
Agricultura - CONTAG**
Maria Elenice Anastácio, titular
Eryka Danyelle Silva Galindo, suplente
Centro Popular de Cultura 8 de Março
Valério da Costa Bemfica, titular

**Associação Cultural de Preservação do
Patrimônio Bantu - ACBANTU**
Nadjara Jesus da Silva, suplente

**Central Geral dos Trabalhadores do Brasil-
CGTB**
Waldir Ferreira da Silva, titular
Daniilo Ferreira da Silva, suplente

Cipó - Comunicação Interativa
Daniella Rocha Magalhães, titular

Associação Software Livre.org
Fabricao Solagna, Suplente

Escola de Gente Comunicação em Inclusão
Fábio Meirelles Hardman de Castro, titular

Federação Nacional das Apaes - FENAPAES
*Waldinéia Olimpia Zoraida Santana Ramos,
suplente*

**Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Familiar - FETRAF**
Severine Carmem Macedo, titular
Eliane de Sousa Oliveira, suplente

Força Sindical
Emerson Silva Gomes, titular
Marilene Zachetko Guermani, suplente

**Grupo de Institutos e Fundações e Empresas
- GIFE**
Rui Mesquita Cordeiro, Titular

Centro de Formação Brasil Jovem
Marcelo Viana da Silva, suplente

**Instituto Brasileiro de Análises Sociais e
Econômicas - IBASE**
Mauricio Santoro Rocha, titular

**Associação dos Pesquisadores de Núcleos
de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o
Adolescente - NECA**
Heloísa Helena Daniel, suplente

Instituto Ayrton Senna

Simone Maria Al Behy André, titular

Instituto Aliança com o Adolescente

Solange Oliveira Leite, suplente

Instituto de Juventude Contemporânea - IJC

David Barros Araújo, Titular

Luciana Camila dos Santos Brandão, suplente

Jovens com uma Missão - JOCUM

Carlos Eugênio Alves da Silva Rezende, titular

Thiago Rodrigues Gonçalves, suplente

Jovens Feministas de São Paulo:

Ana Regina Gagliardo Adevé, titular

Associação para o Desenvolvimento da Cidadania e Comunicação - ADESC

Camila Silveira Carvalho, suplente

Movimento de Organização Comunitária - MOC

Emanuel José Mendonça Sobrinho, titular

Ágere Cooperação em Advocacy

Iradj Roberto Eghrari, suplente

Nação Hip Hop Brasil

Anderson Clayton Passos, titular

Agnaldo Munhoz de Camargo, suplente

Pangea - Centro de Estudos socioambientais

Giuseppe Maria Vozza, titular

Instituto IBI de Desenvolvimento Social

Maria Alice de Toledo Damasceno Saiki, suplente

Pastoral da Juventude

Edney Santos Mendonça, titular

Hildete Emanuele Nogueira de Souza, suplente

Rede de Jovens do Nordeste

Maria Divaneide Basilio, titular

Pérciles Chagas Farias, suplente

Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA

Gabriela Barbosa Batista, titular

Rede Sou de Atitude

Karlos Ricaryo Mourão Pinheiro, suplente

Rede Fale

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, titular

Leandro Silva Virginio, suplente

Viva Rio

Clarissa Ribeiro Huguét, titular

Instituto Sou da Paz

Marcos Góes, suplente

União de Negros pela Igualdade - UNEGRO

Ângela Cristina Santos Guimarães, Titular

Jussara Pereira de Lima, Suplente

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES

Thiara Milhomen, titular

Fabrcio Lopes da Silva, suplente

União Brasileira de Mulheres - UBM

Daniele Costa Silva, titular

Valéria Melki Busin, suplente

União da Juventude Socialista - UJS

Marcelo Brito da Silva, titular

Juventude do PMDB

Salustriano Lucas Márquez Lemes, suplente

União Nacional dos Estudantes - UNE

Lúcia Kluck Stumpf, titular

Márvia Scárdua, suplente

União dos Escoteiros do Brasil

João Marcelo Lobo Bandeira, titular

Carolina Torres Silva, suplente

União Geral dos Trabalhadores - UGT

João Marcos Pereira Vidal, titular

Fernando Almeida Cortizo, suplente

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Coordenação Geral: Danilo Moreira

Coordenação executiva: Edson Pistori

Comissão Organizadora Nacional: Alexandro

Reis, Alex Nazaré, André Lázaro, Antônio

Apolinário, Augusto Vasconcelos, Beto Cury,

Carla Márcia Alves, Carlos Odas, Cintia Cruz,

Danilo Moreira, Daniel Vaz, Dulcinéia Miranda,

Edson Pistori, Elen Linth, Fabiano Kempfer, Fábio

Meirelles, João Felipe Terena, José Eduardo de

Andrade, Luiz Dulci, Manuela D'ávila, Márcia

Ustra, Maria Virginia de Freitas, Nelson Santos,

Paulo Lustosa, Reginaldo Lopes, Reinaldo Gomes,

Renato Ludwig, Ricardo Ayres, Rodrigo Soares,

Stella Taquette e Tereza De Lamare.

Comitê-executivo: Alex Nazaré, Carlos Odas,

Edson Pistori, Elen Linth, José Eduardo de

Andrade, Fábio Meireles e Augusto de Oliveira.

Equipe técnica: Ângela Simão, Breno Almeida,

Darcy Gomes, Danilo Moraes, Eduardo Rombauer,

Eric Meireles, Fabiane Oliveira, Fábio Deboni,

Ítalo Beethoven, Jonas Valente, José Ricardo

Fonseca, Marcus Tanam, Paulo Alexandre Passos,

Patrícia Nogueira, Pedro Campos, Plínio Marcos

de Oliveira, Rafael Librelotto e Vivian Duarte.

Equipe de apoio: Edinaldo Pereira Braga,

Gabriela Costa, James Theodoro da Silva, João

Bosco, Jose Almir da Silva, Luciana Soares,

Michelle Silva e Sinval Pereira Rodrigues.

ADVERTÊNCIA

Uma das principais preocupações deste trabalho é o uso de linguagem inclusiva. Porém, com o intuito de preservar a fluidez da leitura e evitar sobrecarga gráfica optou-se pelo emprego do masculino genérico. Todas as menções estão representadas tanto no masculino como no feminino.

Tiragem: 15.000 exemplares

Programação visual: Imprensa Nacional

Revisão: Walkyria Campos

Capa: Cláudio Gonzalez

Diagramação: Fernando Brandão

www.juventude.gov.br

© 2009 RITLA

Castro, Mary Garcia

Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo / Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. – Brasília : RITLA, 2009.

ISBN: 978-85-61068-06-6

1. Juventude 2. Políticas Públicas 3. Participação Social 5. Participação Juvenil 6. Protagonismo Juvenil 7. Brasil I. Abramovay, Miriam II. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana III. Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República IV. Brasil. Secretaria Nacional de Juventude V. Brasil. Conselho Nacional de Juventude VI. Instituto Paulo Freire VII. Título.

CDD 306

EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENAÇÃO

*Mary Garcia Castro
Miriam Abramovay*

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE/SG-PR

Jose Eduardo de Andrade

COLABORADORES

*Shayana Busson (UCSAL-NPEJI)
Ingrid Ribeiro (UCSAL-NPEJI)
Augusto Vasconcelos (UCSAL-NPEJI)
Anna Lúcia Cunha (RITLA)
Priscila Calaf (RITLA)
Bárbara Caldeira (UCSAL-NPEJI)*

EQUIPE DE CAMPO

Grupos Focais, Grupos de Discussão e Entrevistas

*Anna Lúcia Cunha; Priscila Calaf; Eduardo N. L. Rosas; Carla Coelho de
Andrade; Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay*

COORDENAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO QUANTITATIVA

*Max Maciel Cavalcanti
Roberto Rodrigues Neiva*

Aplicação dos Questionários

*Ana Paula Rabelo; Diego Silva Vieira; Elis Medrado Viana; Fernanda Pereira
de Sousa; Guilherme Moura Fagundes; Henrique Pontes Maffon; Igor Omar de
Araújo Abdel Karim; Karoline Freitas Mendes; Kílvia Bernardes Cunha; Ludmila
Raquel Tavares da Silva; Mariana Cintra Rabelo; Mariana Cruz de Almeida Lima;
Mateus Braga Fernandes; Mirella Santos Malta; Natália Maria Alves Machado;
Oswaldo Assis Rocha Neto; Priscilla Caroline de Sousa Brito; Rafaella Romero
Peixoto de Azevedo Tamm; Raissa Menezes de Oliveira; Rayane Cristine Almeida
de Araújo; Renata Florentino de Faria Santos; Tadeu Bernardes de Souza
Toniatti; Thiago de Oliveira Ribeiro; Luana Marques Figueira e Frederico Viana*

PROCESSAMENTO E TABULAÇÃO DE DADOS QUANTITATIVOS

Gustavo Murici Nepomuceno

CODIFICAÇÃO MATERIAL QUALITATIVO

Tais Diniz Garone



NOTA SOBRE AS AUTORAS

MARY GARCIA CASTRO é Phd em Sociologia e professora da Universidade Católica de Salvador - Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e Mestrado Políticas Sociais e Cidadania; Pesquisadora do CNPq; bolsista Produtividade I da FAPESB; professora aposentada da UFBA; membro da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identities, Cultura e Cidadania (NPEJI/UCSAL - Grupo cadastrado no CNPq).

MIRIAM ABRAMOVAY é socióloga, pesquisadora. Formou-se em Sociologia e Ciências da Educação pela Universidade de Paris, França (Paris VIII - Vincennes) e possui mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi durante 4 anos professora da Universidade Católica de Brasília e coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas - Brasil e coordenou diversas pesquisas da UNESCO. Atualmente é coordenadora do Setor de Pesquisas da RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana); e Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identities e Cidadania (NPEJI/UCSAL - Grupo cadastrado no CNPq).



Índice

Prefácio	13
Apresentação	21
Secretaria Nacional de Juventude e RITLA	21
Conjuve.....	23
Introdução: A Conferência, A Pesquisa	25
CAPÍTULO 1	
Perfil Sociodemográfico, Político Institucional e Percepções Várias	29
CAPÍTULO 2	
Política e Participação – Bandeira – Bandeiras multicoloridas.....	37
CAPÍTULO 3	
Construções sobre a juventude de hoje	71
CAPÍTULO 4	
Problemas do Brasil, Problemas para os Jovens	75
CAPÍTULO 5	
Percepções sobre a Conferência.....	81
CAPÍTULO 6	
Recomendações.....	83
Resoluções da Conferência Nacional de Juventude	85
Lista de Tabelas.....	95
Lista de Quadros.....	97
Referências bibliográficas	99



Prefácio

A primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – realizada em Brasília no mês de abril de 2008 – não ganhou grandes espaços na mídia nacional, mas certamente vai ganhar um lugar de destaque na história dos movimentos sociais e das políticas públicas de juventude em nosso país.

Para a grande mídia, ao que tudo indica, naqueles quatro dias faltaram notícias de violência entre jovens ou de acirradas disputas entre organizações juvenis. Também não surgiram números que pudessem resultar em denúncias sobre grandes gastos de dinheiro público. Faltaram ainda contundentes críticas a ações (ou omissões) do atual governo. Assim como faltaram “fatos” que apontassem para equívocos ou radicalismos dos movimentos juvenis ou das organizações da sociedade civil ali presentes. Ao que parece, faltaram os famosos “ganchos” para justificar uma boa “cobertura”.

Porém, o que vai ficar na história – e também nas biografias de seus quase 2500 participantes – ultrapassa as pautas já cristalizadas em nossos meios de comunicação. De fato, seria preciso um olhar bem inovador para transformar em notícia aquela inédita ocasião que propiciou a convivência de jovens brasileiros/as separados, na vida cotidiana, por distâncias geográficas, sociais, religiosas, identitárias, ideológicas.

Lá estiveram “delegados” e “observadores” de diferentes regiões do país. Como não poderia deixar de ser, tratando-se de juventude, havia representantes dos movimentos estudantil secundarista, universitário e de jovens pós-graduandos/as. Porém, diferentemente do que poderia acontecer há décadas, não foi uma Conferência só de estudantes. Estiveram na Conferência jovens de diferentes segmentos sociais, cujas demandas emanam das inúmeras desigualdades e contradições presentes no mundo do trabalho, nas condições de moradia, nas cidades e no campo.

Dessa forma, participaram da Conferência jovens sindicalistas de diferentes setores produtivos. Entretanto, as demandas geradas no mundo do trabalho, trazidas por diferentes centrais sindicais, somaram-se às outras demandas de direitos e oportunidades mostradas por jovens moradores das periferias brasileiras. Assim, participaram do mesmo evento tanto jovens

da CUT (Central Única dos Trabalhadores) da Força Sindical, da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e da UGT (União Geral dos Trabalhadores) quanto jovens vinculados à CUFA (Central Única de Favelas), entidade nascida em berço carioca e hoje com várias sedes em distintas periferias metropolitanas do país.

Entre os que vieram da área rural estavam jovens da Confederação de Trabalhadores Rurais (CONTAG) e da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura familiar no Brasil (FETRAF). Das comunidades indígenas, questões fundiárias específicas também foram trazidas diretamente por jovens indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

Isso, porém, não é tudo. Como a diversidade juvenil não se ancora apenas nas áreas da educação, trabalho e local de moradia, a Conferência também refletiu outros recortes relativos a crenças, identidades e adesões ideológicas. Por exemplo, até onde se sabe, no Brasil não havia existido outra possibilidade de convivência, num mesmo evento, entre jovens que aderem a diferentes partidos políticos. Ali se puderam ouvir vozes de jovens do PT ao PSDB, passando pelo PMDB, PDT, PSB, DEM e PC do B. Improvável também que antes tenha havido outra oportunidade para que jovens católicos, evangélicos (históricos e pentecostais), espíritas e das religiões afro-brasileiras pudessem identificar juntos os principais problemas, demandas e sonhos da juventude de hoje e, para além das questões de fé, encontrar pontos de convergência. Quem poderia imaginar ser possível que jovens católicos e evangélicos pudessem reconhecer a necessidade de aprofundar a discussão com jovens do movimento LGBT(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans-sexos e Trans-gêneros) sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo e, também, com jovens feministas que defendem a discriminação do aborto?

De fato, no cenário da Conferência, entrecruzaram-se múltiplas trajetórias juvenis. Naquele espaço também marcaram presença jovens do movimento Hip Hop e do movimento Negro; jovens com deficiência; jovens oriundos das redes ambientalistas; jovens de Comunidades de Terreiro; da juventude Cigana, da Rede Jovens Comunicadores (Projeto / Revista Viração, Associação Imagem Comunitária, Oficina de Imagens, Cipó Comunicação Interativa, Catavento Comunicação Ambiental entre outras). Consta ainda que a ocasião provocou articulações e o nascimento de novos grupos, como, por exemplo, um grupo de “juventude negra cotista”. E, para completar ainda mais tal diversidade, ali estiveram jovens “beneficiários de Projetos Sociais”: parte da juventude excluída da cidadania que ali – via de regra – pôde vivenciar sua primeira experiência de participação no chamado espaço público.

Por último, vale destacar a presença de jovens participantes de Redes e Fóruns de Juventude e de gestores de políticas públicas de juventude (em nível municipal, estadual e nacional). Essas presenças evidenciam um desafiante processo social em curso. No Brasil, o final dos anos 90 – quando surgiram as primeiras experiências de implantação de secretarias e coordenadorias de juventude em algumas prefeituras – marca o início do processo. Foi o ano de 2005 decisivo para definir seu rumo. Naquele ano, o governo federal lançou bases para a construção de uma Política Nacional de Juventude, criando junto à presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

A partir daquele momento, estava colocado o desafio de superar a ideia corrente de que programas e ações na área de juventude se justificam porque os/as jovens são “incompletos/as” ou “problemáticos/as” e, por isso mesmo, é preciso proteger e/ou controlar suas vidas. Estava patente a necessidade de encontrarem-se os melhores caminhos para transformar a juventude em específico “sujeito de direitos” (já existentes e a conquistar). Tratava-se, portanto, de conquistar um lugar destacado e permanente para a juventude na agenda das políticas públicas do Estado brasileiro.

Concomitantemente, a nova institucionalidade de juventude no Brasil fez intensificar o debate sobre o papel dos órgãos especializados em juventude. Executar diretamente Programas e Ações? Apenas coordenar, integrar ações, promover a transversalidade no conjunto das políticas públicas? Para onde deveriam evoluir a estrutura, a formação e o papel do Conjuve Intergeracional ou só de jovens? Consultivo ou deliberativo? Mais formulador ou mais avaliador de políticas voltadas para os diferentes segmentos juvenis? As respostas a tais perguntas não são simples e quase quatro anos depois de formuladas, ainda suscitam reflexão. Em virtude disso, a I Conferência deve ser vista como mais um momento importante do processo que continua em curso.

Durante oito meses de preparação, a Conferência ativou acúmulos de diferentes movimentos sociais e da área de juventude e, simultaneamente, atizou uma nova possibilidade de atuar no espaço público. Pode-se dizer que a Conferência foi um novo experimento de reconhecimento da diversidade brasileira. Naquele espaço, não se falou apenas teoricamente sobre a importância do “reconhecimento e valorização da diversidade”, tema tão em moda em tempos de globalização. A realização da Conferência – desde sua concepção, passando por todas as etapas preparatórias descritas

no interior deste livro – só foi possível porque partiu da premissa de que a singularidade da questão juvenil hoje está justamente na exigência de que se reconheça sua diversidade.

Para os promotores da Conferência – a saber, a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) que congrega representantes do Governo e da sociedade civil – um dos indicadores de sua legitimidade refere-se ao alcance do quantitativo da diversidade de segmentos juvenis. A tarefa não é fácil, pois além de ser preciso ganhar corações, mentes (e orçamentos) no âmbito governamental, é preciso também lidar com as imagens contraditórias que a sociedade produz sobre “a” juventude de hoje. Ou seja, é necessário desconstruir estereótipos e relativizar preconceitos em relação à juventude, conceitos que habitam o imaginário de jovens e adultos de nossa sociedade. Para tanto, é preciso também modificar a pauta da grande imprensa em que a juventude só se faz presente como notícia nos cadernos de cultura – onde se destacam colunas de estilos, consumo e lazer – ou nas páginas criminais, onde os jovens são apontados como os que “mais matam e mais morrem”.

Por tudo que se disse até aqui, o leitor já pode avaliar a importância deste livro que oferece a oportunidade de conhecer-se a pesquisa – coordenada por Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay – realizada durante a I Conferência de Políticas Públicas de Juventude. Com muita experiência de pesquisa na área, as autoras expõem tanto a importância da abrangência juvenil conseguida, quanto os desafios inerentes à heterogeneidade entre os participantes. Empregando-se técnicas quantitativas, analisam-se o perfil e as percepções dos jovens. Por meio de técnicas qualitativas, fazem-se ouvir as vozes de diferenciados grupos juvenis. No conjunto, trata-se de um material surpreendente no qual se desenha um mosaico de múltiplas possibilidades e combinações, seja nas trajetórias de vida, seja nos questionamentos e valores dos participantes. Tal fato, aliás, não facilita em nada a elaboração dos resumos, dos veredictos ou das equações simplificadoras sobre como pensa e age “a juventude brasileira”.

O livro questiona o conceito de generalização que enfatiza a apatia e a falta de participação dos jovens de hoje, vistos em comparação com a idealizada geração 68. Questiona também as conclusões dos estudiosos da questão da atual participação juvenil. Vários estudos recentes, ao reconhecer as novas formas de participação juvenil – mais horizontais, mais voltadas para afirmação de identidades, com as novas temáticas referentes ao meio ambiente, à paz, a

outras formas de globalização; e, sobretudo, aos grupos de expressão artística e cultural – decretam a falência das formas clássicas de participação social (movimento estudantil, juventudes partidárias e sindicais).

Por essa perspectiva, é comum que se separem, de forma antagônica, as lutas do “aqui e agora” e as preocupações mais gerais com os rumos da sociedade. Lutas concretas e imediatas remeteriam aos novos parâmetros de participação social, enquanto preocupações mais estruturais com o sistema social seriam próprias de espaços tradicionais da política. No entanto, o que a pesquisa realizada na I Conferência mostra é que muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates sobre questões estruturais que caracterizam o sistema social. Por outro lado, as questões ambientais e os posicionamentos sobre violência e políticas de segurança pública, de desigualdades de gênero, raça e etnia determinam as pautas do movimento estudantil, dos sindicatos e partidos políticos.

Para somar diferentes causas, os/as jovens de hoje contam também com as novas tecnologias de informação e comunicação. Foi o que disseram os/as participantes da I Conferência, quando se indagou sobre o uso da internet. Ou seja, enquanto na mídia, e mesmo nas vozes de especialistas, veiculam-se notícias alarmistas sobre o distanciamento de jovens internautas dos problemas do “mundo real”, entre os participantes da I Conferência, as novas tecnologias criam possibilidades para inéditas conexões políticas.

Nesse contexto, o espaço público é ressignificado e ampliado pelo uso das novas tecnologias. A despeito de todas as desigualdades de acesso e as diferenças de uso, a existência da internet não pode ser desconsiderada na análise da participação juvenil. As novas tecnologias não só se fazem presentes nos espaços de agregação juvenil, historicamente constituídos (movimento estudantil, grupos associativos, políticos e religiosos) como também contribuem para a formação de grupos de novo tipo. Em “redes virtuais de jovens” participam diferentes grupos étnicos, movimentos sociais e grupos de jovens patrocinados por fundações empresariais. Em tempos de internet, as “redes juvenis” são novos meios para dinamizar o que já está constituído e, também, têm funcionado como ponto de partida para a construção de novos espaços de comunicação, identificação e ação.

Portanto, é verdade que o movimento estudantil não é mais o único e o mais legítimo porta voz da juventude, tampouco a vida política se resume aos sindicatos e partidos. Mas, atendendo a mudanças históricas, essas instituições – com maior ou menor sucesso – buscam estratégias para estabelecer contato com a juventude e com os dilemas da sociedade de hoje.

Por outro lado, ao atentar-se para o que disseram os jovens nos grupos de discussão durante a I Conferência, tanto as passagens de um tipo de grupo para outro quanto as participações simultâneas em diferentes grupos fazem parte de suas trajetórias. Há jovens que atuam em sindicatos e em partidos políticos e, ainda, participam do movimento Hip Hop ou de grupos de jovens mulheres. Em resumo, são várias as combinações em torno de causas mais gerais e ações de curto prazo, visando a resultados palpáveis e tangíveis. Neste livro há muitas evidências nesse sentido.

Trata-se, portanto, de uma constatação importante para o processo de constituição do campo da juventude. Como afirmam as autoras: “*a pluralidade de bandeiras de luta é uma das marcas da juventude e da configuração política atual*”. Em outras palavras, um “campo específico de políticas de juventude” só se viabilizará se abarcar “*várias causas pelas quais lutar, buscando um diálogo entre elas*”.

Entretanto, não se podem minimizar as dificuldades existentes para esse diálogo. A diversidade juvenil também aparece atravessada por controvérsias presentes na sociedade. Este livro mostra o quanto os/as jovens de diferentes grupos ou movimentos – e mesmo no interior de um mesmo movimento ou grupo – têm percepções diferentes sobre os temas polêmicos hoje presentes no debate público, quais sejam: a posição sobre a política de cotas por raça para inserção em curso superior; a legalização do aborto; o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização das drogas. Nessa vertente, o livro aborda as relações entre trajetórias individuais e pertencimentos coletivos, convidando à reflexão sobre as relações entre o público e o privado. Destaca-se, assim, a importância de questões “morais” – antes pensadas apenas como de “foro íntimo”- presentes hoje no espaço público (onde se demanda a presença do Estado no sentido de inibir os preconceitos e as discriminações colocados como obstáculos para o acesso aos direitos da cidadania).

Certamente, sobre esses e outros assuntos, em diferentes momentos deste livro, encontram-se instigantes análises feitas pelas coordenadoras da pesquisa e pela equipe de investigação. Contudo, no livro também se percebem muitos trechos com os depoimentos dos jovens de diferentes grupos que participaram dos grupos focais. Tais depoimentos constituem um registro importante das angústias, incertezas, sonhos e perspectivas de uma parte considerável da juventude brasileira. Em síntese, sobre os atuais mecanismos de exclusão social e as novas possibilidades de fazer política, há muito para explorar e refletir a partir da leitura deste livro.

A rigor, sustentou-se a Conferência por um específico e complexo amálgama entre o reconhecimento da diversidade juvenil (que evidencia fissuras de classe e demais desigualdades e diferenças entre jovens) e a necessidade de fomentar uma identidade política – o “ser jovem” – no contexto das demandas compartilhadas de políticas públicas. Aqui reside o ponto de intercessão entre a dinâmica geral dos movimentos sociais e o estágio atual da construção do “campo da juventude” no Brasil.

Em outras palavras, a construção do “ator juvenil” do século XXI, assim como o desenho de políticas públicas de juventude (de distribuição, de reconhecimento e de participação), deve ser levada adiante por meio de Programas e Ações plurais (múltiplas, simultâneas, experimentais e diferenciadas). Ou, caso contrário, não terá chances de vingar. No tema “Juventude”, explicita-se, com todo vigor, o desafio atual de combinar os princípios da igualdade e da diversidade. Tal assertiva fica clara em cada página deste livro.

Olhada por esses prismas, tanto pela ótica dos governos quanto pela ótica dos movimentos sociais, a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude ofereceu uma oportunidade impar de renovação da vida política. Por isso mesmo, organizadores e participantes devem ser cumprimentados pelo esforço, pelo empenho e pela busca de linguagens e metodologias apropriadas.

Sem dúvida, frente às incertezas e inseguranças do século XXI, para quem acredita na importância de encontrar caminhos para assegurar o acesso a mais direitos e mais oportunidades para os/as jovens de hoje, a realização da Conferência e a publicação deste livro são mais um passo à frente.

Após a Conferência, novas contradições se colocam e estão a desafiar teorias e práticas. O processo continua e este livro será uma referência obrigatória para quem quiser compreender seus rumos.

Regina Novaes



Apresentação

Secretaria Nacional de Juventude e RITLA

Um melhor reconhecimento do perfil e das percepções dos jovens ativistas contemporâneos foi o desafio a que se lançou com êxito o projeto de pesquisa, agora convertido em livro “Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas”. Jovens e não-jovens, moradores de capitais e de cidades do interior de todas as regiões brasileiras, indígenas, quilombolas, ciganos, participantes de terreiros e tantos outros ativistas tiveram a oportunidade de, nesse trabalho, fornecer instigantes depoimentos. Ao todo, foram entrevistados 1873 participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em Brasília entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. Também testemunharam, na pesquisa qualitativa, adolescentes e jovens de diferentes grupos de identidade, como estudantes, participantes de partidos políticos, trabalhadores rurais e urbanos, negros e negras e alunos do Projovem, entre outros.

Destaca-se na mídia, e até em pesquisas, que jovens ativistas e orientados para a *res* pública, ou seja, para questões da coletividade, não necessariamente representam uma tendência dominante na juventude contemporânea e que essa seria mais caracterizada pelo individualismo e consumismo. Ora, o livro em foco considera que o extraordinário e o comum (ou o ordinário) se combinam, importando focalizar uma parcela da juventude que quer transformações na política, mas mudar rumos insistindo no fazer política. Preocupam-se não somente com assuntos de jovem, mas com o social rejuvenescendo a nação.

Em geral, ao se analisarem as entrevistas, pode-se verificar uma visão crítica e atenta em relação às questões da juventude e do país e a característica de uma multiparticipação, ou seja, os jovens em geral militam em diferentes grupos concomitantemente. São ambientalistas e, ao mesmo tempo, ativistas de diversos campos – jovens que demonstram preocupação com questões coletivas e atenção às questões específicas de diversos segmentos.

Além de possibilitar dados estatísticos e informações, “Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas” dá partida a um processo de investigação

sobre os tipos, os mecanismos e estratégias, bem como as características da participação juvenil. A Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e a RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), à frente deste trabalho, estarão fortemente envolvidas no fomento e no desenvolvimento dessa modalidade de investigação.

Realizada pelo Conselho Nacional de Juventude, pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e pela RITLA, a pesquisa contou também com o apoio do Instituto Paulo Freire, parceiro na Conferência como um todo, e da Caixa Econômica Federal, instituição apoiadora.

Por fim, cabe agradecimento especial às pesquisadores Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, assim como a toda a equipe envolvida com a pesquisa, pela intensidade da dedicação e disponibilidade pessoal com a iniciativa. O compromisso com os jovens e as jovens brasileiros é marca da ação de Mary e Miriam.

Beto Cury
Secretário Nacional de Juventude

Jorge Werthein
Diretor Executivo – RITLA

Conselho Nacional de Juventude - Conjuve

A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, resultado de um grande esforço do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, foi construída num intenso processo de diálogo que, durante oito meses, mobilizou 400 mil pessoas em municípios e estados brasileiros. Essa mobilização evidencia que os e as jovens brasileiros/as têm interesse em participar da vida nacional e da construção das políticas públicas de juventude. Contudo, a construção desse espaço institucional de participação não se inicia nem finda com a Conferência Nacional.

O primeiro passo para a construção dessa participação institucional é dado pela sociedade civil organizada que reivindica uma Política Nacional de Juventude. Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em 2005, o governo federal deu um passo importante na resposta à sociedade.

O Conselho Nacional de Juventude, órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, é composto por 60 membros, sendo 40 eleitos pela sociedade civil e 20 representantes do poder público, que se renovam a cada dois anos, e têm o mandato de analisar e propor Políticas Públicas de Juventude.

Embora tenha caráter consultivo, na sua trajetória o Conjuve vem ganhando relevância e conformando-se como importante espaço público de debate e definição de diretrizes e recomendações para a efetivação, no Brasil, de políticas que atendam às necessidades e expectativas dos e das jovens, assegurando direitos e criando oportunidades. A heterogeneidade das organizações que o compõem consolida o debate sobre políticas públicas de juventude como campo abrangente, multissetorial, marcado pelo respeito e valorização da diversidade e pelo combate às desigualdades.

Após a Conferência, o Conjuve assume também a responsabilidade de monitoramento das resoluções e prioridades ali aprovadas, por meio de iniciativas como a intensificação da relação com os diversos Ministérios, a criação de Grupos de Trabalho para acompanhar resoluções específicas (p. ex: GT de Juventude Negra) e o Pacto pela Juventude, realizado no segundo semestre de 2008. O Pacto pela Juventude é uma proposição aos governos (federal, estaduais e municipais) para que se comprometam com as Políticas Públicas de Juventude nas suas ações de governo e assumam o desafio de traduzir as demandas identificadas nas conferências em propostas, iniciativas, programas e projetos de âmbito nacional, estadual e municipal.

Nesse processo de proposição, realização e seguimento da Conferência Nacional, colocou-se a possibilidade de se conhecer melhor os jovens ativistas de hoje. O Conjuve associou-se então às pesquisadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, que em sua trajetória estão ligadas ao tema da juventude e ao próprio Conselho Nacional de Juventude, tendo em vista a realização de uma pesquisa que possibilitasse um mapeamento sociopolítico dos participantes da conferência.

Iniciada a discussão para formulação do projeto, definimos que nosso interesse era descrever e caracterizar tipos de participação de movimentos juvenis, gestores públicos estaduais e municipais, ONGs e outras entidades não governamentais presentes na Conferência Nacional. E principalmente em relação aos jovens na faixa de 15 a 29 anos, em ativismo relacionado com políticas de juventude, examinar suas percepções como contribuição para o aprendizado institucional do Conselho Nacional de Juventude e para o desenvolvimento de atividades ou programas para juventude.

Com esse compromisso o Conselho planejou essa ação, cujos produtos agora damos publicidade. Estamos cientes dos enormes desafios que o resultado da pesquisa coloca e da responsabilidade do Conselho em dar seguimento a ela. Confiantes de que a temática da Juventude é hoje parte da agenda nacional, esperamos poder continuar contribuindo para a compreensão e a quebra de mitos e, fundamentalmente, para com os/as jovens brasileiros/as.

Daniilo Moreira
Presidente do Conselho
Nacional de Juventude
GESTÃO 2007/2008

Maria Virgínia de Freitas
Vice-presidente do
Conselho Nacional
de Juventude
GESTÃO 2007/2008

José Eduardo de Andrade
Secretário-Executivo do
Conselho Nacional
de Juventude
GESTÃO 2007/2008

Introdução

A CONFERÊNCIA

Durante oito meses, gestores do poder público e representantes de movimentos sociais de todo o país estiveram envolvidos no processo de construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada entre 27 e 30 de abril de 2008 em Brasília. A Conferência teve como objetivo criar espaços para diálogo entre Governo e sociedade civil que servissem como base e subsídio para consolidação de uma política nacional para a juventude, focalizada em direitos e autonomia por cidadania ativa, sem descartar a riqueza da diversidade juvenil, seus matizes e especificidades.

Se a Conferência objetivou, primordialmente, a institucionalização e a legitimação político cultural da temática juventude, com a participação de muitos jovens e suas organizações, outros objetivos também se configuraram, tais como a constituição de redes formais e informais, os diálogos entre jovens, os debates de temas polêmicos, a enunciação de princípios, o imaginário sobre o outro, enfrentando estranhamentos, divergências político- ideológicas ou negociando frentes de ação.

No processo de preparação da Conferência foram desenvolvidas etapas territoriais, quais sejam, conferências municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional, por meio de redes, que continham processos de Conferências Livres e uma Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com as estatísticas oficiais do evento, a construção da 1ª Conferência Nacional da Juventude envolveu mais de 400 mil pessoas, divididas em 841 Conferências Municipais e Regionais, 689 Conferências Livres, Conferências Estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal, além de Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Mediante resultado das fases preparatórias (Conferências Livres, Estaduais e Consulta Nacional) foi sistematizado o “Caderno de Propostas da Conferência”. Para a etapa nacional, organizaram-se 22 Grupos de trabalho dedicados aos seguintes temas:

GT 01	Educação Superior
GT 02	Educação Profissional e Tecnológica
GT 03	Educação Básica 1 - Ensino Médio
GT 04	Educação Básica 2- Elevação de Escolaridade
GT 05	Trabalho
GT 06	Cultura
GT 07	Sexualidade e Saúde
GT 08	Meio Ambiente
GT 09	Política e Participação
GT 10	Tempo Livre e Lazer
GT 11	Esporte
GT 12	Segurança
GT 13	Drogas
GT 14	Comunicação e Inclusão Digital
GT 15	Cidades
GT 16	Família
GT 17	Povos e Comunidades Tradicionais
GT 18	Jovens Negros e Negras
GT 19	Cidadania LGBT
GT 20	Jovens Mulheres
GT 21	Jovens Portadores de Deficiência
GT 22	Fortalecimento Institucional da Política de Juventude

Cabe observar que, por solicitação de jovens ligados à temática rural, um 23º Grupo de Trabalho foi constituído durante a etapa nacional: GT 23 – Jovens do Campo.

A PESQUISA

A presente pesquisa, proposta pelo CONJUVE, apoiada pela Secretaria Nacional de Juventude/SG-PR e pelo Instituto Paulo Freire, contribui para o tema de políticas públicas de juventude, para o fortalecimento do ativismo e pela participação no campo de políticas públicas, perfilhando ativistas e seus pensamentos acerca de temas polêmicos contemporâneos e outros , além de documentar suas recomendações.

Um aspecto relevante dessa iniciativa foi a possibilidade de verificar a existência de diferenças que têm contribuído para o distanciamento entre os jovens, os movimentos organizados e os representantes de entidades de apoio às Políticas de Juventude. É dentro dessa dinâmica que se destacam pistas e

desafios para o estímulo à convivência ética entre o pluralismo e a disputa; o diálogo aberto e a defesa de princípios; a busca do entendimento e projetos de transformação.

O estudo utilizou pesquisa tanto qualitativa como quantitativa. Aplicaram-se 1854 questionários aos participantes da Conferência Nacional de Juventude, formaram-se 30 grupos focais e realizaram-se entrevistas com 280 delegados(as) dos seguintes segmentos:

1. Central Única das Favelas – CUFA
2. Central Única dos Trabalhadores – CUT
3. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
4. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura familiar no Brasil – FETRAF
5. Força Sindical
6. Gestores estaduais (2 grupos)
7. Gestores municipais
8. LGBT
9. Imprensa Jovem (Grupo Viração)
10. Jovens ambientalistas
11. Jovens com deficiência
12. Jovens de Comunidades de Terreiro
13. Jovens Evangélicos
14. Jovens feministas
15. Jovens Indígenas
16. Jovens Quilombolas
17. Juventude Cigana
18. Juventude do PMDB
19. Juventude do PSDB
20. Juventude do PT – JPT
21. Juventude Socialista Brasileira – JSB
22. Movimento Hip hop
23. Movimento negro
24. Pastoral da Juventude
25. Projovem
26. Redes
27. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES
28. União da Juventude Socialista – UJS



1.

Perfil Sociodemográfico, Político Institucional e Percepções Várias

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

- A maioria dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude era oriunda da região Nordeste (29,0%) e Sudeste (28,3%);
- O estado mais representado na Conferência foi São Paulo com 13,8%, seguido do Distrito Federal (11,1%);
- Da maioria dos participantes, 80%, eram jovens (15 a 29 anos), em particular os delegados, fato que evidencia o engajamento da parcela juvenil da sociedade no campo de políticas de juventude;
- Predominaram os do sexo masculino (60,5 %), mas foi expressiva a proporção de mulheres, quer como delegadas (cerca de 39%) quer como não delegadas (41%), havendo que se investir mais no que as jovens defenderam , i. e. *o lugar de mulher é na política*;
- Identificou-se que 89,5% dos participantes se pronunciaram como heterossexuais; 4,4% como homossexuais e 2,4% como bissexuais;
- A maioria dos participantes se automearam como brancos e em segundo lugar como negros, 45,5% e 32,3% respectivamente. Por outro lado, 11,3% informaram serem “pardos/mestiços”;
- Os participantes revelaram estudantes e trabalhadores formais em sua maioria (57,4%). Foi também expressiva a proporção dos que apenas trabalhavam (24,3% entre delegados e 27,5% entre não delegados). Já 2,4% se registraram como não estudando e não trabalhando¹;

¹ É interessante comparar esses dados com aqueles da última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD, 2007), empreendida pelo IBGE. O índice de estudo e trabalho concomitante é maior entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos (17,5% entre os homens e 14,9% entre as mulheres), sendo ainda assim bem menor do que aquele encontrado entre os participantes da Conferência. A PNAD aponta ainda que um número bastante expressivo de jovens com mais de 18 anos apenas trabalha (na faixa entre 18 e 24 anos, 56,3% dos homens e 36,3% das mulheres só trabalham, proporções que se elevam, na faixa entre 25 e 29 anos, para 78,6% e 53,7%, respectivamente). As taxas de jovens que não trabalham nem estudam é bem maior na população jovem (PNAD) do que na Conferência, variando de 7,4 % entre homens de 15 a 17 anos até 32,8 % entre mulheres de 25 a 29 anos.

- Os jovens, em sua maioria (38,2%), se declararam com ensino superior incompleto, sendo também expressiva a proporção que já tem curso superior (sendo que 26,8% entre delegados e 33,8% entre não delegados); enquanto 6,2% afirmaram possuir apenas o ensino fundamental². Nota-se que escolaridade é uma variável que diferencia os tipos de participantes, sendo bem superior a proporção de delegados com nível médio de escolaridade (29,8%) que de não delegados (19,5%);
- Predominavam (43,0%) os que tinham como rendimento estimado individual, entre 1 a 3 salários mínimos, em particular entre os delegados (46,7%). No que se refere à renda familiar, a maioria apontou também para uma renda de 1 a 3 salários mínimos. Quase 30% dos delegados teriam renda familiar um pouco mais alta, 4 a 6 salários mínimos, sugerindo que, embora alta a representação de uma população jovem pobre no campo de políticas de juventude, havia uma variedade de juventudes quanto ao nível sócio econômico;
- De acordo com a religião, a maioria dos participantes se declarou católica (45,7%). Mas muitos se apresentaram como não adeptos a nenhuma religião (17,3%). A variedade de outras inscrições religiosas – ainda que concentradas cada uma em menos de 10% dos participantes – indicando um rico mosaico da distribuição quanto à religião;
- Considerando o tipo de família notificou-se que a maioria dos participantes pertenciam a uma família extensa, estando presente o núcleo de pai e mãe (18,3%). Outros 15% já haviam constituído família própria, vivendo com marido, esposa ou companheiro (a);
- Cerca de 3% dos participantes responderam serem portadores de algum tipo de deficiência (física, sensorial, mental ou múltipla);

PERFIL POLÍTICO E INSTITUCIONAL NO CAMPO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE

- A grande maioria dos participantes eram delegados (71%) e a proporção de observadores, em contrapartida, foi reduzida, 8,7%. Já os que optaram por se anunciar, no questionário, em “outras formas de participação” constituíram 18% da população pesquisada;

2 Tal quadro difere do relativo à população jovem brasileira (ABRAMOVAY e CASTRO 2006), já que 35,8% estariam cursando o ensino médio, enquanto apenas 7,2% dos jovens tinham como nível de escolaridade atual o ensino superior.

Ver ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coords.), ALVES DE SOUZA, Allan Nuno, SOUZA LIMA, Fabiano e PINHEIRO, Leonardo (2006). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

- A maioria dos participantes era militante na instituição pela qual atuava no campo da juventude (36,7%), ficando em segundo lugar, com 23,7%, os funcionários públicos;
- Considerando os tipos de organização de que participavam, a população que assistiu à Conferência se singularizava, uma vez que 50% declararam que participavam de partido político e apenas 7,9% não participavam de nenhuma organização. Também foi alta a participação em movimentos sociais (31,1%), no movimento estudantil (30,4% entre esses, 39% eram de movimento universitário) e em ONGs (26,1%);
- Nota-se que foi comum, vários participantes, declararem dupla ou tripla participação ou militância, inscrevendo-se em mais de uma categoria;
- O detalhamento pelos participantes (ou seja, sem estímulo – pergunta aberta) sobre o partido político de que participava indicou que 38,3% participavam do PT, 18,8% do PC do B, sendo que os partidos PSB e PMDB concentravam cerca de 10% dos participantes, cada;
- Quanto à instituição religiosa, 53,7% participavam da Igreja Católica e 17,8%, da Igreja Evangélica;
- Quanto aos tipos de movimentos sociais, os assistentes à I Conferência, observou-se que 24,7% participavam de grupos relacionados à temática juventude (incluindo-se os relacionados a partidos, movimentos estudantis e outros). Já entre os sindicalistas foi expressiva a proporção de participantes que indicaram estar filiados a sindicatos dos trabalhadores rurais (35,3%);
- Detectou-se que a Conferência atraiu uma população qualificada, ou seja, já com experiência no campo de movimentos relacionados à juventude. Assim, tem-se que 39,4% dos participantes atuavam nesse campo há mais de 6 anos; 22,6% entre 4 a 6 anos e apenas 14,1% estavam no campo da juventude há menos de 1 ano;
- No que se refere ao campo da juventude de que participava, a maioria (49,5%), atuava na área de Direitos dos Jovens em geral; em segundo lugar, ficou o campo da Educação, com 40,1%, seguido do campo de Direito dos Estudantes (36,6%) e do Cultural (33,1%). Outros campos concentravam menos de 20% dos participantes, mas era bem

diversificado o leque de lugares de participação. Mais de 10% dos jovens estavam, respectivamente, em áreas de políticas de reconhecimento identitário (e.g Movimento Negro, Movimento Feminista e LGBT) e orientações temáticas (e.g ambientalista e Hip Hop);

- A maioria dos participantes da I Conferência, ainda que envolvidos em políticas de juventude, não necessariamente seriam beneficiários de projetos do governo nessa área. Apenas, cerca de 15% dos que fizeram parte do evento o eram;
- A instituição da família foi revelada como a em que os participantes da Conferência Nacional de Juventude mais confiavam, (68,3%), sendo a mais baixa a proporção encontrada em relação à confiança (1,5%) no Congresso: Câmara dos Deputados e Senado. (Ver tabela 1 a seguir).;
- Ainda que os participantes da Conferência constituíssem uma amostra singular da juventude e, em princípio, fossem pessoas ativistas ou vinculadas a uma vida pública, suas respostas sobre instituições em que confiam e em que não confiam se alinham ao comum, segundo outras pesquisas; ainda que grande parte dos participantes fosse filiado a partidos políticos, predominou um questionamento sobre a legitimidade dos partidos políticos. As Instituições e entidades em que os participantes da I Conferência Nacional de Juventude menos confiam foram os partidos políticos (37,5%). (Ver tabela 2 a seguir).³

³ Tal perfil sobre a confiança em instituições, em que se ressalta a confiança na família e a desconfiança em instituições públicas, como partidos, congresso, a polícia, meios de comunicação e justiça, entre outros está de acordo com o registrado em outras pesquisas relativas à juventude brasileira. Em 2004, considerando-se o estado da juventude brasileira, (ABRAMOVAY e CASTRO 2006), sinaliza-se a falta de confiança que a população jovem tem para com os partidos políticos. Nessa pesquisa, mesmo entre os jovens que participam de algum partido, 33% afirmam confiar na associação partidária e 67% dizem não confiar; quanto às associações religiosas a situação não é muito diferente, daqueles que participam de alguma associação religiosa 2,2% confiam nela e 86,9 não confiam (in ABRAMOVAY e CASTRO, op. cit).

TABELA 1. Instituições e entidades em que os participantes da I Conferência Nacional de Juventude mais confiam - Brasília, 2008.

Instituições e entidades que a juventude mais confia	Porcentagem sobre total de respondentes (%)	N
Família	68,3	1266
Movimentos Sociais	50,6	939
Escola / Universidade	34,4	638
Partidos Políticos	20,2	375
ONG/ OSCIP	20,0	371
Igreja Católica	15,3	284
Justiça	13,6	252
Igreja evangélica	11,3	209
Governo	10,5	194
Militares	6,4	119
Meios de Comunicação	5,0	92
Candomblé	4,0	75
Polícia	1,7	32
Assembléias legislativas e câmaras de vereadores	1,6	29
Congresso: Câmara dos Deputados e Senado	1,5	28
Total de respondentes	100,0	1854
Total de respostas marcadas		4903

Fonte: Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude-Pesquisa Políticas de Juventude, Bandeiras e Participação: Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. (coord. Castro e Abramovay 2008)

Nota: Foi dito aos participantes: *Destaque da lista a seguir as três instituições / entidades que mais confia (assinale com 1) e as três em que menos confia (assinale com 2).*

OBS: Nessa pergunta, o respondente marcava 3 opções de resposta

TABELA 2. Instituições e entidades em que os participantes da I Conferência Nacional de Juventude menos confiam - Brasília, 2008.

Instituições e entidades que a juventude menos confia	Porcentagem sobre total de respondentes (%)	N
Partidos Políticos	37,5	695
Congresso: Câmara dos Deputados e Senado	37,3	692
Polícia	35,0	648
Meios de Comunicação	31,0	575
Justiça	28,6	531
Militares	24,7	458
Governo	23,5	436
Assembleias legislativas e Câmaras de Vereadores	21,6	400
Igreja evangélica	14,8	274
Igreja Católica	12,6	233
Candomblé	10,2	189
ONG/ OSCIP	6,2	115
Escola / Universidade	1,5	27
Movimentos Sociais	1,2	23
Família	0,9	16
Total de respondentes	100,0	1854
Total de respostas marcadas		5312

Fonte: Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude-Pesquisa Políticas de Juventude, Bandeiras e Participação: Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. (coord. Castro e Abramovay 2008)

Nota: Foi dito aos participantes: Destaque da lista a seguir as três instituições / entidades em que mais confia (assinale com 1) e as três em que menos confia (assinale com 2).

OBS: Nessa pergunta, o respondente marcava 3 opções de resposta

TENDÊNCIAS QUANTO A PERCEPÇÕES SOBRE TEMAS DIVERSOS

Os participantes tendem (mais de 40% dos entrevistados) (ver Tabela 3) a defender que:

- O jovem tem pouca oportunidade de participar via poderes constituídos (Executivo, Legislativo, Judiciário);
- A família é a principal referência na vida dos jovens;
- Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão pior quanto à segurança;⁴

4 Em pesquisa sobre a juventude brasileira em 2004 (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006), constatou-se que para 71% dos jovens as condições de segurança nos dias de hoje está pior, comparada à da geração dos seus pais e para 25,1% está melhor.

- Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão melhor quanto à sexualidade;⁵
- Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão pior quanto ao trabalho;⁶
- Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão melhor quanto à educação.⁷

Cerca de um terço das respostas ocorreu com vistas a concordar que os jovens são desmotivados e proporção próxima (32,5%) consideram que “a geração de jovens hoje em relação a de seus pais é marcada por desencantos quanto ao futuro”.

5 Para 72% da população jovem brasileira entrevistada em 2004 (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006), a liberdade sexual dos jovens de hoje está melhor comprada à da geração dos pais e pra 24,1% está pior.

6 De acordo com pesquisa coordenada por Abramovay e Castro, 2006, ao serem questionados, em 2004, sobre a possibilidade de trabalho para o jovem. Na atualidade, 40% deles responderam sua geração está mais bem preparada quando se compara à geração dos pais e para 55,2% está pior.

7 Como nas demais proposições sobre comparações intergerações, também em relação a esse item, os participantes se alinham ao imaginário dos jovens brasileiros, mas não são tão otimistas em relação à educação. Em 2004, cerca de 80% dos jovens brasileiros indicavam que estariam melhores em relação a estudos que seus pais (Abramovay e Castro 2006), já entre os participantes da I Conferência cerca de 40% concordam com tal declaração.

TABELA 3. Percepção dos participantes da Conferência Nacional de Juventude sobre os jovens - Brasília, 2008.

Percepção dos participantes	Porcentagem sobre total de respondentes (%)	N
O jovem tem pouca oportunidade de participar via poderes constituídos.	68,1	1262
A família é a principal referência na vida dos jovens.	62,8	1165
Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão pior quanto à segurança.	59,1	1096
Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão melhor quanto à sexualidade.	45,8	849
Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão pior quanto a trabalho.	41,6	771
Os jovens de hoje, em relação aos seus pais, estão melhor em relação à educação.	39,8	738
Na política, há lugar para os jovens se manifestar.	37,6	698
Instituições da sociedade civil, mais que partidos políticos, dão oportunidade de participação política para jovens.	36,4	675
A geração dos anos 60 e 70 teve uma maior participação política que os jovens da geração atual.	36,2	672
A geração de jovens hoje, em relação à de seus pais, é marcada por desencantos em relação ao futuro.	32,5	602
Os jovens no Brasil têm mais gratificação no campo cultural que no campo político.	31,9	592
Os jovens são desmotivados.	29,5	547
No campo de juventude. é melhor participar de ONG ou de Movimento social que de partido político.	26,3	488
Os jovens não se preocupam com a política.	19,4	359
A vida dos jovens não se conecta com política já que seus interesses estão em espaços individuais e não coletivos.	0,6	12
Total de respondentes	100,0	1854
Total de respostas marcadas		10526

Fonte: Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude-Pesquisa Políticas de Juventude, Bandeiras e Participação: Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. (coord. Castro e Abramovay 2008)

Nota: Foi dito aos jovens: *Para cada frase em relação ao jovem, citada, gostaria de saber se você concorda ou discorda. 1 - CONCORDA; 2 - DISCORDA.*

OBS: Os respondentes marcavam as frases nas quais concordasse

2.

Política e Participação - Bandeira - Bandeiras Multicoloridas

A Conferência indicou posições contrárias às correntes que sugerem apoliticismo dos jovens, desencantos em relação à política e adjetivação como “nova forma de fazer política dos jovens”, indicando, pois, um suposto afastamento dos partidos políticos – alguns sim, mas nem todos – e orientação individualista que os afastaria de causas coletivas, ou seja, despreocupação com a coisa pública.

De fato a literatura sobre participação e juventudes tende a considerações ligeiras e pouco embasadas em pesquisas abrangentes, que avancem além de opiniões e de percepções de alguns jovens, arbitrariamente selecionados, sobre aspectos da política participativa. Omite-se a contextualização destes tempos sem considerar análises político-culturais embasadas no pensamento crítico, sem associar crises de participação aos desafios culturais, como o *ethos* de eterno presente e o ‘desinvestimento’ em projetos de mudanças, a chamada recusa das utopias em prol de políticas de identidade que, se têm o mérito de multiplicar referências, direitos, como das mulheres, dos negros e dos jovens, pode também resvalar em guetos, na renúncia de questionar estados da nação, do mundo. Não fazem, portanto, nexos entre políticas de redistribuição e de reconhecimento, quando as duas perspectivas são necessárias, mas não suficientes em si se a meta for mudanças mais estruturais, ou seja, não limitadas apenas a alguns e por algum tempo, mesmo no plano das identidades (sobre políticas de redistribuição e de reconhecimento ver entre outros (CASTRO, 2008; Taylor in MATTOS, 2000; e FRASER e HONNETH, 2003).⁸

O estado da arte sobre juventudes no Brasil indica que o campo de participação vem sendo retomado com vigor por vários autores, considerando cada vez mais o empírico e a diversidade de frentes em que estão os jovens.

8 CASTRO, Mary Garcia *Migrações Internacionais e Direitos Humanos e o Aporte do Reconhecimento*- In: REMU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - ano XVI, n 31, p 7-36, 2008.
MATTOS, Patrícia. *A Sociologia Política do Reconhecimento: As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annblume, 2006.
FRASER, Nancy and HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A Political Philosophical Exchange*. Londres: Verso, 2003.

Considerando-se na Tabela 2, antes apresentada, as dimensões relativas à participação (respostas múltiplas), percebeu-se de fato uma tendência crítica à política convencional mas não à política em geral e se diversificaram respostas quanto à circunstância ideal para participação:

- 68% concordaram que “os jovens têm pouca oportunidade de participar via poderes constituídos”;
- 36,5% consideraram que “instituições da sociedade civil mais que partidos políticos dão oportunidades de participação política para os jovens”;
- 26,5% atestaram que “no campo da juventude é melhor participar de ONG ou de movimento social que de partido político”;
- 32% marcaram que “os jovens têm mais gratificação no campo da cultura que no campo da política;
- Mas 37,5% indicaram que “na política há lugar para os jovens se manifestarem”;

Se alguns participantes alertaram para desencantos de jovens e não jovens com a política convencional, também explicitaram a que tipo de política convencional se referiam, ou seja, a vícios, muitas vezes generalizados para todas as instituições do campo. Também alertaram que é preciso discutir-se mais a diversidade de formas de fazer política na contemporaneidade. Ao que se acrescentou, considerando-se os achados da pesquisa com ativistas na I Conferência Nacional de Políticas de Juventude, que, embora sejam muitos os pontos de decolagem para participação, não necessariamente há caminhos únicos para outros tantos e, cada vez mais se destroem-se dicotomias como: público x privado, reconhecimento x redistribuição, reforma x revolução de costume, políticas compensatórias x perspectiva estrutural, focalização x universalismo, sem sufocar projetos político-culturais de transformação.

O fato de sair-se da retórica do universalismo para uma prática de transformação do hoje e do amanhã, sem isolar-se em fragmentos, é projeto complexo e pede muito mais reflexão e ação que a aqui anunciada. Contudo, é tarefa urgente e pode contribuir para ampliar horizontes de atuação, como bem sugere Bauman (2000: p 204)⁹:

9 BAUMAN, Zygmunt *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2000.

Tal universalidade que ultrapassa os confins das comunidades soberanas ou quase soberanas é condição *sine qua non* para a república ultrapassar os confins dos Estados soberanos ou quase soberanos – e essas são a única alternativa da república às forças cegas, elementares, erráticas, descontroladas, divisionistas e polarizantes da globalização. Parafraseando o estudante esperançoso e cheio de vida que se transformaria em Karl Marx, só as mariposas noturnas consideram a lâmpada doméstica um substituto satisfatório para o sol universal. Quanto mais cerradas as persianas mais fácil será perder a alvorada. Além disso, o sol não pode deixar de se pôr mesmo sobre os mais poderosos dos impérios, mas com toda certeza nunca se põe sobre o planeta dos homens [e das mulheres] (BAUMAN, 2000)

Participação é um dos temas da Pesquisa que mais entusiasmou os entrevistados, estimulando longas discussões, sugerindo razão de ser de muitas organizações. Tal interesse esteve de acordo com o estatuto dos participantes: os que se declararam como militantes (38,1%) são significativos quer entre delegados (40,7%) quer entre não delegados (31,4%).

A I Conferência Nacional de Juventude se destacou por ter congregado pessoas com engajamento em organizações na vida pública, uma vez que cerca de 50% dos presentes na Conferência faziam parte de algum partido político; em torno de 31%, de movimentos sociais; 30,4%, do movimento estudantil; 26%, de ONGs; 24,5%, de instituições religiosas; 15,5%, de redes e 9,9%, de algum sindicato, sendo que cerca de 8% declararam não participar de nenhuma organização (respostas múltiplas). Ou seja, a Conferência se pautou pela atração de ativistas no campo da juventude.

Os grupos, arbitrariamente classificados como grupos identitários – movimento negro, ciganos, indígenas, jovens feministas, LGBT e Povos de Terreiro – tenderam a sugerir formatações singulares, temas próprios, sublinhando que a identificação pode, também, minimizar outras identidades já historicamente solidificadas como organizações políticas, mas convencionais ou como os grupos com relações com partidos. Entretanto, os grupos classificados como temáticos, a exemplo dos ambientalistas mostraram-se orientados por discursos mais centrados no seu foco de atuação, sem delinear com tanto rigor separações entre formas organizacionais. As tendências, porém, não dão conta da riqueza e da pluralidade de discursos e de como, no próprio grupo, a diversidade de experiências, de imaginário e de idealizações se configurou.

Adverte-se, aqui, que foi corrente entre os entrevistados admitir que na mesma organização combinavam-se frentes de lutas e que vários militantes se orientavam por diversas inscrições, mesclando-se estar em partidos, movimentos clássicos, como estudantis e de formação sindical e grupos político-culturais, como Hip Hop, entidades do Movimento Negro, de Mulheres, LGBT, em frente ambientalista ou outros. Ora, tal orientação, por conseguinte, questiona, insiste-se, sobre uma comum dicotomia em análises sobre participação, i.e., formas tradicionais de fazer política x novas formas (estar em ONGs ou movimentos sociais), fato que, por outro lado, não dissolve lealdades.

Considerando-se a Tabela 2 (3), verifica-se que 36,2% selecionaram a assertiva de que “a geração dos anos 60 e 70 tiveram maior participação política que os jovens da geração atual. Mostra-se, porém, mais complexo e diversificado o quadro esboçado a partir dos depoimentos nos grupos focais. No roteiro de questões propostas estava a comum comparação entre participação nos anos 60/70 e atualmente. Muitos entrevistados, sem estímulo dos pesquisadores, levantaram essa modelagem discursiva, recusando codificações sobre juventudes e reconhecendo a grande contribuição, da geração 64/68, não somente à História do Brasil mas às formas atuais de organização, dos movimentos de resistência e da reconstrução da democracia dos anos de chumbo. Afirmando que os tempos são outros, afirmaram que a juventude vem surpreendendo com sua criatividade e a diversidade de bandeiras. Já alguns jovens, como os do PMDB, ponderaram que a atual seria *uma geração fracassada porque o jovem não tem participação política, não se preocupa com o país onde ele vive*. Ressaltou-se a ética do individualismo e do consumismo, considerando que serem poucos os jovens que estariam fazendo política, conseqüência, talvez, dos casos de corrupção e de banalização do fazer político. Na verdade, houve tendência de compararem-se gerações, criticando a *falta de ideais hoje*. Já jovens do PSDB ressaltaram que o campo de políticas de juventude constituía-se um lugar novo de participação para os jovens.

O tema participação foi refletido com preocupação por jovens da UNE, ao considerarem gerações anteriores, como as de 64 e 68, usando tons críticos sobre a juventude atual, acerca do desinteresse com a política. Um condicionante disso pode ter sido o processo histórico, as dificuldades passadas pelos jovens em termos de sobrevivência mais imediata, assim como o descaso do Estado, as perdas de utopias e o desencanto com a universidade e a escola. Sugeriu-se, entretanto, que estaria havendo *um retorno à arena de participação*, via estímulo do atual governo para debates sobre políticas e programas voltados

para os jovens. Ressaltou-se, ainda que, para alguns jovens, constatava-se uma participação qualificada pela diversidade cultural, que seria aproveitada para fins mercadológicos, fragmentando a juventude.

Se alguns grupos de jovens destacaram o desencanto como um fator que inibe a participação, essa não era a perspectiva entre os jovens da CONTAG, que enfatizaram que a juventude rural estaria ampliando sua participação e multiplicando-se em bandeiras, com reivindicações de políticas e construindo plataformas. Assim como os outros grupos, também eles criticaram a mídia por difundir uma imagem do jovem como apolítico.

A referência à juventude dos anos 60 e 70 apareceu, sem ter havido estímulos das pesquisadoras, nos discursos dos Jovens de Povos de Terreiro, predominando neles não só otimismo em relação às conquistas que os jovens da geração passada legaram aos atuais, mas também algum pessimismo pela falta de mobilização mais agressiva dos jovens de hoje. Tendo a Conferência como parâmetro, advém que hoje haveria mais espaço de participação, possibilidade de expressão, o que não seria reconhecido ou aproveitado plenamente por todos os jovens, por influência de um ethos de consumismo e indiferença em relação ao outro, em particular, o jovem da periferia.

Questionadas sobre a identidade da juventude contemporânea em relação à da década de 60/70, Jovens Feministas afirmaram um discurso que não se restringe ao identitário; algumas se referiram ao debate atual pelo socialismo, a diversificação de lugares e o sentido único por contribuição à melhor qualidade de vida e à preocupação com os jovens, recusando saudosismo e ressaltando a necessidade de compreensão histórica, de singularidade de juventudes no tempo, na história. Como outros grupos de jovens, também recusaram os estereótipos negativos difundidos pela mídia.

Na percepção dos Jovens Ambientalistas, a juventude de hoje está mobilizada e se interessa mais por processos institucionais com mais estratégica e que, por isso, tem conquistado muitos espaços. Também ressaltaram a maior visibilidade e a conscientização nos dias de hoje sobre problemas como violência, desemprego e subemprego. Destacaram o processo das Conferências nos municípios, nos estados e da Nacional apontando para a socialização dos jovens com a participação no jogo democrático institucional o que também seria relacionado à abertura de oportunidades, à criação de entidades pelo Estado como a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventudes. Estar nesses espaços de acordo com um jovem ambientalista é: *colaborar para mudanças de comportamento, de mentalidade, em prol de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.*

QUADRO 1. Comparando Gerações de Jovens

Em outras épocas, a juventude teve um papel decisivo na História do país. Muita gente foi para a rua e lutou contra o militarismo. Hoje faltam aquela vontade e aquele sonho, falta a meta de tentar mudar alguma coisa. Isso tem que ser mudado. Trazer bandeiras para os jovens, trazer de novo perspectivas, sonhos. (Grupo Focal, jovens PMDB);

A mesma juventude que existia em 68, existe agora. A questão é que essa mesma juventude em 68 era considerada como classe e no movimento estudantil - a classe dos estudantes. Hoje nós não temos a juventude caracterizada em classe e sim como setor, assim como outros segmentos. Hoje a sociedade é trabalhada em setores: as mulheres são um setor; os povos tradicionais são um setor; o povo negro outro setor; e a juventude também se encaixa nesse sentido, hoje, como setor; assim como todos os setores são importantes, temos identidades. (Grupo Focal, Juventude PT.);

A década de 70 era um momento em que a juventude participava de fato por ter uma presença maior no Estado, na educação. As pessoas se sentiam construtoras da escola, construtoras da universidade. Hoje o jovem se sente angustiado na universidade. Havia um interesse maior de mudanças no Estado. Hoje tem o movimento negro, o movimento de gays, mas nos anos 70 o que mais se cita é o estudantil porque grande parte dos jovens [ativistas] estava nas escolas e nas universidades. Na década de 80, essa juventude foi reconstituída porque ela foi bastante reprimida. O Estado e a ditadura entenderam que para seguir aquele projeto tinha que reprimir quem mais se contrapunha. Não é à toa que, em determinados momentos da História, as principais organizações de luta e enfrentamento à ditadura militar e atuais governos eram as entidades estudantis, não eram os sindicatos, não eram os trabalhadores, aí que a UNE comparecia. Na década de 90, a juventude passou a não pensar mais coletivamente, mas a buscar saídas individuais, *'eu vou cuidar da minha vida, senão o tempo passa e eu perco a minha situação'*. *'Eu tenho que estudar, tenho que trabalhar, tenho que me formar'*. Mas, percebo que aquela [perspectiva] vai sendo retomada a partir do governo Lula. Não que seja o governo ideal, mas minimamente deu abertura para uma discussão, para uma participação da juventude. Então, hoje eu vejo como um retorno da juventude às preocupações com o Estado. É um impacto de 20 anos de opressão. Hoje você tem a falta de emprego, você tem a violência, você tem uma série de outros fatores. (Grupo Focal, UNE);

A conjuntura que o Brasil vive hoje talvez não permita certas atitudes que se tinha nos anos 70. Hoje a gente está vivendo em outro patamar na História brasileira, com questões bastante parecidas, porém, em outro patamar político. No entanto, eu vejo que a juventude participa sim, eu acho que a juventude participa tanto que hoje a gente tem uma Conferência de Políticas Públicas, porque justamente é uma demanda da juventude. (Grupo focal, CONTAG).

A geração de 60 e 70 era mais revolucionária. A gente sabia quem era o inimigo, hoje é muito mais complicado. Para a gente da CUT, por exemplo, era muito fácil quando era o FHC, aí a gente tinha a clareza sobre o projeto neoliberal sendo implementado; o FHC era figura central e pau no FHC. Quando o Lula entra, com muitas bandeiras, com muitos incrementos iguais ou até piores em alguns pontos, o que quê a gente faz? Então esse processo é muito difícil. Mas agora eu

QUADRO 1. Continuação

tenho clareza de que não é como coloca a mídia, ou o senso comum de que os jovens de 60 e 70 eram cidadãos politizados que estavam na rua e que o jovem de hoje não quer nada com nada. Isso é mentira, tanto que está acontecendo a Conferência Nacional de Juventude. E muitos jovens não puderam vir porque não tinha espaço, eram 400 mil. Então isso refuta toda aquela história de que a juventude de hoje não é politizada. Se for comparar a militância da juventude de hoje com a de antes vai ver que é a mesma, não no mesmo contexto. (Grupo focal, CUT).

Não tem diminuído a participação dos jovens em partidos políticos; tem um grande percentual da juventude nos partidos de esquerda, inclusive é o segmento que mais cresce. Agora tem outras questões de fundo: será que é o mesmo tipo de participação da década de 60/70, que é pelas grandes causas? Não necessariamente a polêmica está em ser ou não ser partidário, até porque muitos jovens hoje se interessam; os partidos políticos têm investido em quadros jovens atuando em diversos movimentos, Hoje é outra dinâmica, são outras demandas da vida, outras formas de organização e que fatalmente a juventude também responde às demandas que estão postas hoje; não dá para se organizar hoje com a forma de 30 anos atrás. (Grupo de discussão, Movimento Negro).

O importante que se conquistou na geração passada foi a liberdade de expressão, agora além da liberdade de expressão a gente precisa de oportunidades para que essas pessoas carentes cheguem num patamar de conquistar seus ideais, de dar um futuro melhor para seus filhos. (Grupo focal, CUFA)

A Juventude do PT destacou a diversidade de militâncias, o estar em várias frentes, ressaltando que essa seria uma característica contemporânea da participação dos jovens. O PT está orientado para questões da juventude, mas tendo como referência o campo de classes: *o central pra nós é a classe, recorte de classe, porque é o Partido dos Trabalhadores*. O grupo focal com a juventude do PT era amplo, apresentando dinâmica animada por debates entre os participantes, e mais se mobilizando por temas tais como identidade e classe, comparação entre gerações e formas de organização. Mudança de tipo de sociedade é também agenda que identificou a militância jovem do PT. Um militante frisou que tal militância tem que se concentrar para mudar orientações de valores na formação identitária, ou seja, valores não capitalistas; outro criticou a ênfase em valores, e enfatizando o lugar da organização, a perspectiva de classe e o momento político, em processo de democratização, tema de debate entre militantes.

O outro, um partido ou uma organização dos quais se diverge, é parte do discurso implícito de vários grupos entrevistados. No caso do PT, chegou-se a explicitar críticas a ONGs e ao movimento estudantil, o que não é consenso entre membros dessa organização: *Eu acho que é uma falsa dicotomia, que se tem tentado estabelecer, a questão de militar nos movimentos sociais, ONGs ou*

partidos. Eu acho que é uma tentativa de isolamento dos partidos políticos enquanto alternativas de organização da juventude.

Também entre os entrevistados da UJS – União da Juventude Socialista, houve ênfase na diversidade de lugares de participação, o que se conjuga com o implícito reconhecimento de que “o político” se distingue como associado à bandeira de construção do socialismo que se deve apresentar como em processo de aprendizagem com a dinâmica da vida social. Foram falas que revisitaram temas correntes e clássicos nas organizações de esquerda, como a interação entre uma causa de longo prazo e o estar na política de cunho eleitoral e de ações afirmativas ou imediatas de reforma x revolução. A identidade da organização, voltada e acionada por jovens e o nexa com orientação que transcende tal identificação por outras referências – o partido, a meta do socialismo – modela a estratégia da UJS, conforme se apresenta a organização, sem desconsiderar a complexidade desse trânsito ou combinações identitárias:

Os jovens têm atuado em todos os movimentos: movimento estudantil que tem grande presença ; movimento Hip Hop que está tendo esse encantamento político, politizando a juventude. A UJS atua em treze frentes. No movimento negro, tem gente da UJS; no movimento LGBT tem gente da UJS; no movimento ambientalista e no de mulheres. Nós estamos com a proposta de ampliar para quinze ou dezessete frentes. (Grupo Focal, Juventude UJS)

Entrevistados vários outros grupos de jovens e principalmente os chamados grupos de identidade, como entidades do Movimento Negro, expressaram críticas contra a UJS considerando-a como uma organização relacionada a partidos políticos. A seguir, transcreve-se como militantes da UJS refletiram sobre tal perfilhação, defendendo o nexa ou a formação partidária, mas sublinhando autonomia: *Nós somos berdeiros de uma tradição que vem da sociedade, ou seja, a organização relacionada a partidos políticos e os partidos políticos foram os setores importantes da sociedade, garantindo o processo de democratização do país.*

Os jovens da União da Juventude Socialista Brasileira- JSB que fizeram parte de um grupo focal, eram todos do Estado do Amazonas. Em seus discursos muito enfatizaram a propriedade da singularidade regional, de se ter um programa mais afim à realidade das juventudes da região, decolando

de questões imediatas. Como os jovens da UJS, também destacaram que o *tchan para a militância* tem o sentido de estar construindo o socialismo, e o equacionaram como *sentimento de mudança*, que toma várias formas, como a de se posicionar criticamente em relação à mídia para apresentar outro perfil de juventude. De fato, havia uma centralidade no jovem, no debate da JSB sobre o tema de participação, quando apresentaram sua estratégia, a partir de questões concretas e imediatas, construindo juntos – militantes e não militantes: *eu acho que o melhor é a gente tentar buscar primeiro motivar os jovens, vamos fazer ações pequenas para tentar motivar os jovens para (...) serem protagonistas*

Ressaltaram os membros da juventude do PMDB a opção por um tipo de participação que tendia a ações, ocupações de cargos, criticando as organizações que se voltam mais para mobilização de rua. Defenderam a representação direta dos jovens na elaboração e na decisão sobre políticas públicas, tema que mais os galvanizava em lugar, como se destacou nos grupos antes mencionados, do debate sobre narrativas de longo prazo.

Uma contribuição da juventude do PMDB para o debate sobre juventude e política foi a ênfase que os participantes trouxeram na formação do jovem via processo de estar no acompanhamento de políticas públicas, o que os leva a alertar sobre o risco de eventos como uma Conferência Nacional de Juventude se não for acompanhada por políticas no médio prazo. Também destacaram a educação para o voto e acompanhamento das políticas, via consulta direta, além do debate nas instâncias partidárias, sublinhando o papel da juventude para mudanças na sistemática partidária, em particular os nexos entre comunidades, contato com o povo e o debate no partido.

O debate proposto pela pesquisa sobre participação em partidos políticos e participação em movimentos sociais e ONGs mais voltados a identidades, como os direitos do povo negro, das mulheres e da livre opção por formas de sexualidade, foi apreendido pelos militantes do PMDB para discussão do porquê de se considerar que os partidos estariam perdendo terreno para as ONGs, ressaltando-se vícios como a propagação corrupção naqueles, como também a influência da mídia contra os políticos. Expressou-se também a postura crítica às ONGs, pela limitação do serviço prestado, pela substituição do Estado, ressaltando-se a propriedade dos partidos políticos. Ficou notável a crítica à estruturação do sistema político partidário em particular quanto aos custos do processo eleitoral que inviabilizaria a participação dos jovens:

Uma nova forma de participação seria não se limitar ao Congresso Nacional, mas também ouvir a sociedade. Você coloca um projeto de lei e se aprova este projeto há que também convencer as pessoas que aquela idéia é boa e lá na frente é que entram os partidos políticos, de maneira a consolidar as Conferências Nacionais de Juventude. Tudo isso e depois transformar em um artigo para ser implementado no Congresso Nacional, para que esses projetos sejam aprovados. Este é o papel do partido político; nós sabemos que a consolidação da democracia se dá pelos partidos políticos. [Ainda que] o que se percebe no Brasil é esta fragilidade do compra-compra, do cara que vai para outro partido, do cara vende o partido por 50 mil reais para ter um minuto de tempo de televisão, um horário gratuito (...) (Grupo Focal, Jovens PMDB).

Alguns jovens do PSDB consideraram que os jovens seriam hoje mais participativos, inclusive via sistema eleitoral, mais críticos e já em transições próprias para o mundo adulto, como constituindo família ou no mercado, o que teria, segundo alguns, estimulado o governo a mais ouvi-los e organizar uma Conferência. No entanto, a maioria destacou desencantos, individualismos e desilusão em relação à política partidária, ressaltando os casos de corrupção. Mas consideraram a diversidade de lugares de fazer política, em particular os Conselhos e o nível local. Alguns criticaram a Conferência por não ter mais enfatizado diferenças regionais:

Eu perdi o raciocínio... as demandas nacionais, dos diversos problemas, seja gay, branco, amarelo, sei lá de que cor e de todas as diversidades que o país tem, que bom ter essas diversidades, mas ninguém parou para conversar sobre a diversidade regional, que política que talvez serviria para São Paulo que é diferente do Rio Grande do Sul. Então, para mim perdeu o enfoque da Conferência. (Grupo Focal, Jovens do PSDB).

Jovens da UNE rebateram críticas à organização, argumentando serem herdeiros de uma tradição que sempre se destacou na defesa da democracia e que hoje o movimento estudantil estaria em várias frentes, considerando a pluralidade dos jovens e seus interesses, mas que resistem a *quetizações* e separações e que haveria que combinar frentes por reconhecimentos identitários com empenho

por *uma transformação maior na sociedade*. Alguns jovens enfatizaram que muitos setores que criticam a UNE estariam criticando uma modelagem de nação que se pauta pelo público, em particular quanto à educação:

O movimento estudantil, muitas vezes, ele não é enxergado com bons olhos, porque ele vai na contramão de algumas vertentes! Trazemos por exemplo, debates como na última convenção, sobre a questão do aborto, a questão da violência, questões culturais. E nós vamos sempre debater contra interesses que não sejam interesse dos estudantes. O interesse de ter um apoio à educação, de ter uma educação gratuita para todos. (Grupo Focal, UNE).

Eu acho que hoje a gente atualizou em muito a nossa forma de fazer uma atuação política. Conseguimos identificar mais problemas reais e atuar em cima dessa realidade concretamente. Hoje a gente defende determinados projetos vindos do governo, porque eles vão interferir na realidade de determinados problemas. A conjuntura de fato permite que a gente consiga pautar a construção. Isso não é ser pautado. (Grupo Focal, UNE).

Jovens da UBES procuraram apresentar alguns argumentos similares aos expostos por jovens da UNE, como a destacar uma negatividade da mídia que representaria o jovem como adverso à participação política, sem registrar a multiplicidade de formas de participação e que reduziria a complexidade das relações em políticas a casos de corrupção, generalizando: *O jovem acha que política é só corrupção; não tem essa outra visão, não acha que ele pode ser um agente transformador da política. Esse é que o problema desse descrédito na política. É uma mídia que só mostra um lado.*

Como os jovens da UNE, os da UBES indicaram que o jogo político partidário foi um ganho pelo qual muitos jovens de gerações passadas lutaram. Priorizavam o diálogo, quando possível, a relação com os partidos que se identificavam com bandeiras da juventude, mas enfatizavam que de fato haveria um tipo de fazer política que não teria a ‘cara’ da juventude: (...) *esse negócio conservador, que não é a cara dele, que ele não tem voz e tal.. reconhecendo que há maneiras diferentes [de fazer política] da que faziam os nossos pais.*

Jovens da CONTAG – Confederação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura – indicaram que a juventude rural vinha se organizando de forma mais ativa desde 1998 em sindicatos, federações, e confederação

– *começamos a nos enxergar como juventude do campo. Ressaltaram que a juventude do campo hoje, está muito aberta, é mobilizada no sentido da organização e da busca por essas políticas de infra-estrutura e de condições pra viver no campo.* De fato o debate sobre a participação pelos jovens e pelas jovens da CONTAG foi direcionada para políticas públicas, cobranças sociais de necessidades vividas pelos jovens no campo, considerando ser um diferencial de mobilizações recentes, pois o jovem do campo tradicionalmente era visto como um adulto, sem singularidades e sem necessidades além das relacionadas à sustentabilidade econômica. A estratégia de mobilização dos jovens, segundo os entrevistados, foi também básica para o interesse dos jovens em participar por políticas públicas. A CONTAG contava com um dispositivo que estimulava a participação de jovens inclusive em postos de tomadas de decisão, qual seja cotas de 20% para jovens em todas instâncias partidárias. Soube-se, assim, que a tônica sobre participação era a preocupação da juventude rural com políticas públicas, *propostas concretas.*

(...) A partir dessa posição da juventude, a gente viu a importância de lutar por políticas públicas. É preciso que se entenda que a gente necessita de esporte, educação, saúde, lazer e que o campo não seja visto somente como lugar do trabalho, de ir para roça e plantar e só produzir e não como um espaço de lazer. (Grupo Focal, CONTAG).

O lugar movimento social foi considerado mais apropriado para o jovem do campo participar, no sentido de construir e exercer autonomia que os partidos políticos não oferecem, mas há jovens na CONTAG que consideraram que qualquer forma de participação, em qualquer espaço era importante. Portanto, não foi unânime a crítica generalizada à forma do partido, mas sim reflexão quanto à maior propriedade dos movimentos sociais para a juventude rural, também por ser mais sensível, mais próximo a uma agenda de reivindicações mais específicas e direcionadas.

Não houve consenso entre os jovens da CONTAG entrevistados, quanto à diversificação de frentes de engajamento partidário, por grupos específicos. Houve quem considerasse que a modelagem do Fórum Social Mundial teria sido um avanço, por reunir grupos em diferentes entidades e em diversas frentes, considerando que seria uma forma de ainda estar pelo *social*. Todavia, enquanto outros foram críticos à multiplicação de ONG e outras lideranças que avaliaram como marca de contemporaneidade

à multiplicação de frentes por políticas identitárias. A decolagem da sua forma de atuação a partir de uma realidade, as necessidades específicas dos jovens nas áreas rurais, como se frisou, caracterizou os discursos dos jovens da CONTAG, ainda que nem todos fossem críticos aos partidos políticos e que vários já eram, inclusive, membros de partido e tendiam a considerar que *é nas organizações da sociedade civil que a juventude tem mais espaço para se organizar*, o que subliminarmente sugeria o descaso dos partidos políticos com as reivindicações dos jovens da área rural.

Eu não discordo que tem grupos específicos, que estão aumentando. Mas um exemplo que ainda nós lutamos pelo social é o Fórum Social Mundial. Eu vejo um exemplo de junção de tudo isso, da sociedade no campo por um bem comum da sociedade. E aí envolvem-se partidos e movimentos. Todos estão no Fórum Social Mundial. Então é lindo de se ver isso, porque antes não tinha. Então o Brasil ele se destaca nessa junção, nessa mistura. (Grupo Focal, CONTAG)

[Discordo] A pulverização dos movimentos sociais, de certa forma é muito prejudicial. É uma forma de anular a força que se tem. No momento em que se dividem esses movimentos sociais não se tem uma força única. E hoje para se conseguir um entendimento entre esses movimentos, é muito difícil. Como por exemplo, dentro da própria Conferência Estadual, nós criamos um grupo para a juventude do campo, por quê? Porque nós tínhamos certeza que nós não conseguiríamos passar as nossas políticas, as nossas propostas dentro dos outros grupos. Cada vez se incentiva mais a criação de ONGs, OSCIPs, federações paralelas. E isso está prejudicando muito os movimentos que já são organizados há muitos anos. Com essa forma de pulverizar, nós estamos perdendo a força de barganha frente ao Governo. (Grupo Focal, CONTAG).

A juventude na FRETRAF – Federação Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil como de outras centrais sindicais sugeriram a existência de um denominador comum, visões de mundo que os unem, independentemente da filiação partidária, que os faz ficar juntos e construir algo junto. Então, diferencia-se política de partido, de política de governo e de inclusão social. Explicita-se que na direção existiam

peças de vários partidos, *mas a base é aberta, o sindicato é dos agricultores, agora, as lideranças têm as suas opções partidárias*. O debate sobre lugar de militância era tranquilo e havia quem defendesse que o mais importante era o diálogo entre partidos e movimentos sociais e certa complementaridade de papéis, cabendo aos partidos *análises de pano de fundo*. Foi ressaltado o debate sobre o modelo de desenvolvimento como básico, inclusive para discussão de políticas de juventude, na área urbana ou rural.

Não fazer reforma agrária é uma opção por um modelo de desenvolvimento concentrador da monocultura e que não vai garantir a inclusão de todos: é máquina no campo e povo na cidade; aí produzir para exportação e não produzir alimentos para garantir a soberania alimentar, por exemplo. Então não basta só discutirmos acesso a terra para juventude se a reforma agrária não acontece. (Grupo Focal, FRETAF).

O Coletivo da Juventude da CUT – Central Única de Trabalhadores foi formado em 1997, *só que a gente passou por um período de construção, mas assim, na nossa avaliação, em 2000 a gente formou um projeto com a parceria de uma central sindical Alemã*. Considera-se que a juventude passou a ter mais voz na CUT a partir desse projeto. Na verdade, muitos dos participantes da Conferência Nacional de Políticas de Juventudes se conheceram quando daquele projeto. Entre outros objetivos, a CUT pretendia *levar jovens para as direções sindicais e para dentro da CUT* nos estados e discutir os temas de juventude no campo e nas cidades. Em 2000, havia 3 coletivos da juventude da CUT, hoje são 12 coletivos nos Estados e mais 8 ramos de atividades. O projeto ficou vigente de 2000 a 2005, *e agora começa uma outra etapa que a gente está construindo*. Houve outros projetos para institucionalizar representações da juventude no sindicalismo CUT com centrais sindicais e outras organizações, principalmente da Alemanha. Sobre a participação dos jovens na central sindical informaram:

Nós temos as comissões de jovens dentro dos sindicatos rurais, dentro das federações e da Confederação. O município se organiza dentro do sindicato; há uma comissão de jovens que tira um representante para compor a comissão estadual dentro da federação e da federação para a confederação que é um representante de cada Estado para a juventude. (Grupo Focal, CUT).

Para provocar o debate sobre gênero – tema que originalmente não faz parte da agenda de questões da pesquisa –, foi lembrado que é costume dizer que ‘nos sindicatos os homens são capa e as mulheres são massa’. Os jovens e as jovens dos coletivos sindicais da CUT concordaram com tal assertiva, mas, principalmente os jovens da CUT relativizaram-na como generalização, nos termos do debate que seguiu acirrado, mas comunicativo, indicando haver temas que dividem as companheiras, como questões de gênero, que são silenciadas nas apresentações genéricas: *Lá no Rio, as mulheres têm muita dificuldade de ser direção da CUT, ser direção de sindicato. Porque muitas vezes a mulher é muito mais militante, mas no final, quem é liberado é o homem e não é a mulher para militar.*

Refletiram os membros da Juventude da FORÇA SINDICAL que o movimento sindical teria o papel de estimular o jovem trabalhador a participar o que não seria fácil em face do espraiamento do *individualismo na sociedade*, mas que seria próprio do ativista, a utopia, *o sonho de um mundo melhor*. Consideraram que o jovem de outras gerações seriam mais participantes e ‘solidários’. Alguns sugeriram que os jovens trabalhadores da época teriam recebido “de mãos beijadas” várias conquistas no campo do trabalho – expressão que gerou discórdia entre os participantes, questionando-se sim a atenção que o movimento sindical vinha dando a linguagens e agenda dos jovens. No debate sobre grupos identitários, jovens da Força Sindical incluíram no mesmo plano, movimentos sociais e partidos políticos, considerando tal inscrição limitante, já que no movimento sindical a visão seria holística, *toda a sociedade*, sem deixar de lado a singularidade da juventude trabalhadora:

Eu vivo de sonhos, pois se eu parar de sonhar eu deixo de ser sindicalista porque daí eu deixo de acreditar que eu sou capaz de mudar alguma coisa. Quando me tornei sindicalista, minha família quase me trucidou pois isso’ não é coisa de mulher’(...) Eu tenho uma função dentro da minha central hoje de fazer os dirigentes sindicais pararem de tratar os jovens como futuro, porque no futuro não existem jovens, já existem adultos, velhos, jovem é agora, eu quero ser tratada como jovem, então assim, eu tenho que pensar políticas que consigam acompanhar o jovem no seu período de juventude (...). (Grupo Focal, Força Sindical).

Jovens da Pastoral da Juventude criticaram os tipos de nexos que se estabelecem entre políticos e a juventude, considerando que esta *nunca é convidada pra sentar junto e expor suas idéias. E quando é, quando é chamada, nem sempre isso atinge a todos*, tendo como referência o que acontece em alguns estados.

A juventude ela acaba não sendo contemplada em várias coisas porque justamente há ausência desse contato, de chamar a juventude para sentar e para se envolver naquilo que compete a ela. Como se o jovem fosse um mero ator ali e tem a questão do protagonismo juvenil, que o jovem deve participar conscientemente, é claro que muitos ainda não têm certa imaturidade, mas é toda uma questão de evolução. Se dermos a oportunidade a cada jovem, acho que sempre a gente vai ter a possibilidade de crescimento de evolução. (Grupo Focal, Pastoral da Juventude).

Mesmo entre membros de partidos políticos também partícipes da Pastoral da Juventude, não se encontrou uma defesa veemente dessa forma de organização. As citações a seguir ilustram alguns desencantos com o sistema eleitoral, sem se declararem de forma clara as alternativas.

A transformação do país, eu acredito, pode estar partindo de outras linhas, mas a partir dos partidos políticos, a partir da eleição, do voto, eu não acredito nessa linha. Eu posso dizer que eu acredito em várias outras linhas. Então por isso que eu não me filiei a partido, porque tenho as minhas idéias, entendeu? E elas não combinam com as idéias de nenhum partido. (Grupo Focal, Jovens da Pastoral da Juventude).

O grupo focal com Jovens Evangélicos foi composto por membros da organização ABU, Movimento Luterano e Igrejas Cristãs. Considerou-se que havia um problema de não mobilização dos jovens. Já em relação ao jovem da Igreja evangélica, houve consenso de que esses estariam mobilizados por ações em prol da justiça social, mas se observou que, em relação a outros grupos de jovens relacionados a inscrições religiosos, como os da Pastoral da Juventude, faltaria mais agressividade quanto à visibilidade dos jovens evangélicos, particularmente em políticas públicas para juventude:

O jovem brasileiro missionário está bem presente, bem atuante, inclusive dentro da minha organização. Somos uma organização mundial, estamos presentes em mais de 200 países, tem mais de 15 mil obreiros em tempo integral trabalhando. O Brasil está em 2º lugar em mobilização internacional desses missionários, agentes sociais, empreendedores sociais, dependendo de como você queira chamar. Os Estados Unidos são o país que mais mobiliza esses agentes, em 2º lugar vem Brasil, em 3º lugar vem Coréia. Os brasileiros têm muito mais coragem, o jovem brasileiro tem muito mais motivação, a gente é vista como celeiro em nível internacional nesse setor, que está enviando muito agente. Focando esse ponto, o jovem brasileiro está bem atuante, engajado. (Grupo Focal, Jovens Evangélicos).

O tema da alteridade, sua importância na mobilização política, foi trazido espontaneamente por Jovens Evangélicos, ou seja, sem estímulo-pergunta pela Pesquisa:

A juventude de fato é plural. O nosso grande problema com a juventude hoje pelo fato de ela ser plural, é se viver dentro de nossas tribos, tribos religiosas e que não conseguem dialogar na sociedade e as outras tribos também têm dificuldade de se relacionar e entender as demandas das outras juventudes que existem no Brasil. O grande problema não é apenas a questão da desmobilização, mas também daqueles que têm uma bandeira, mas que são tão focados em sua bandeira que não são capazes de perceber as outras bandeiras que existem e que estão aí e que se interligam. Não conseguir fazer essa ponte que é fundamental (Grupo Focal, Jovens Evangélicos).

A comunidade seria porto de decolagem para a mobilização dos jovens que se identificaram como Povos de Terreiro. O trabalho de comunidade pediu preocupação com as necessidades de muitos, como os mais velhos, além de lidar com a diversidade. Aí distribuíram cesta básica, formaram organizações de jovens, seminários, fóruns, como espaço próprio. Informaram que em muitos lugares vinha aumentando a participação dos Jovens de Terreiro que vinham se unindo com grupos afins, como entidades do movimento negro e quilombolas:

A participação dos jovens está aumentando. Lá em Belém eu penso também que a gente já teve muitos ganhos como afro-religiosos e nós conseguimos nos organizar. Esse ano nós conseguimos colocar como Lei a data 18 de Março – que está fazendo 100 anos o caso de uma mãe de santo que teve depredado o terreiro e a gente colocou uma data que mostra a resistência ao culto à nossa ancestralidade – e a gente se organiza e consegue acessar os espaços mesmo governamentais, consegue com órgãos gestores. Está promovendo saúde nos terreiros, está conseguindo agregar, colocar os jovens em espaços, em grupos formados: LGBT, porque no terreiro tem, no terreiro a gente não tem preconceito e a gente agrega todo mundo. Tem o grupo LGBT, nós conseguimos fazer fórum de juventude de terreiro em Belém, nós conseguimos reunir a melhor idade. O trabalho lá em Belém está caminhando. A gente consegue reunir nossos velhos, nossas Ias, nossas Babás mais velhas, inserindo-nos em espaços políticos porque tem um diferencial, porque essas pessoas não conseguem chegar a esses espaços e a gente busca dessa forma, como o jovem está colocando eles em evidência, conseguindo algumas leis que amparem as nossas Babás e Ias. (Grupo Focal, Povos de Terreiros).

Jovens feministas defenderam os direitos humanos das mulheres e a perspectiva de gênero em políticas de juventude, mas não necessariamente se restringiam a políticas de identidade em suas militâncias. A diversificação de grupos juvenis, por frentes identitárias, ao mesmo tempo que era apreciada como formas de mobilização, também era por algumas refletida como contribuintes para a falta de unidade entre jovens.

Jovens feministas entrevistadas, ao contrário do debate corrente no feminismo dos anos 70, não recusaram a dupla ou polimilitância nem se apresentaram de forma crítica aos partidos políticos.

Eu não faço esse recorte teórico de que classe é categoria tradicional e que atuais são as identidades. Na questão da mulher, eu vou ter uma análise incompleta se eu pegar só do ponto de vista da identidade de gênero e de raça. Ou se eu pegar pelo ponto de vista da identidade de classe. Se se quiser ter uma análise mais global é preciso criar intersecções entre essas questões todas para tratar do ser humano completo (...) Levamos um tempão para entender que partido

é uma forma democrática. É também democrático as pessoas se organizarem para aquela luta mais concreta. Eu me organizo no movimento feminista, por exemplo, porque eu sinto na pele o fato de ser mulher, há discriminação com relação a mim e com relação a meu gênero. Eu enfrento uma discriminação diferenciada, uma vulnerabilidade que tem a ver com o fato de eu ser mulher, que o homem, por exemplo, não enfrenta. Isso se comunica com a questão de classe, está entrelaçado, são opressões entrelaçadas (...) Há uma juventude que renega partidos, mas existe também uma juventude que milita em partido. Aí não se dá conta da complexidade da juventude como um todo. (Grupo Focal, Jovens Feministas).

Jovens do Movimento LGBT referiram-se a avanços quanto ao reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBT e quanto a serviços, cuidados com a AIDS e o respeito nas escolas, por exemplo, que são creditados à mobilização assim como a notícias sobre violências contra homossexuais moradores de periferias. Entretanto, concordaram que havia muito por que lutar no campo de direitos. Destacou-se a importância dada à educação, à escola, no combate a discriminações. Ressaltou-se ainda que algumas categorias entre o grupo LGBT, como travestis e transexuais e as jovens lésbicas seriam ainda pouco aceitos em escolas e que era preciso monitorar o exercício de políticas contra a homofobia em diversos espaços.

Questionados sobre as relações com outros movimentos sociais e partidos, jovens do movimento LGBT atribuíram conflitos à normativa social, em prol da heterossexualidade e à influência das igrejas, católica e evangélica, que disseminariam preconceitos contra homossexuais. Havia, contudo, uma diversidade de opiniões, e alguns consideraram que as jovens e os jovens viriam desestabilizando resistências em movimentos e partidos e que tal influência renunciava mudanças, partidos mais abertos à causa dos homossexuais, travestis, lésbicas e transgêneros e à construção de alianças entre movimentos.

O movimento LGBT contribuiu muito para mudar o olhar que se tinha com relação à epidemia HIV, AIDS e as DSTS entre os homossexuais. Desde a década de oitenta, até meados da década de noventa, o movimento LGBT praticamente trabalhou para tirar esse estigma de cima da classe LGBT e foram agregando as prostitutas, os usuários de drogas injetáveis, enfim. Hoje a gente conseguiu um

avanço das pessoas entenderem que a AIDS não está comigo porque eu sou gay. A partir da década de noventa para cá o movimento LGBT teve um outro posicionamento, deixou um pouco a luta pela prevenção meio que de lado e se posicionou com relação à luta por políticas públicas para a classe LGBT, políticas públicas para educação, a discussão de segurança pública, enfim. E hoje os gays aparecem mais nos espaços que antes não apareciam. Existia essa invisibilidade. Grupos como o Conexão, do Rio de Janeiro, que pauta a discussão dos jovens que são gays e moradores de comunidades. Antes ninguém falava, o que aparecia no jornal, por exemplo, com relação a crimes de homofobia era sobre gay que foi espancado em frente ao seu apartamento em Ipanema. Hoje se noticia a violência na periferia, na comunidade. (Grupo Focal, LGBT).

O grupo de discussão com Jovens do Movimento Negro mostrou-se um dos com mais alto número de participantes, pertencentes a diferentes entidades e com diversidade grande de posições sobre temas, tais como, relações com partidos e outros movimentos. Destaca-se o consenso na crítica ao racismo, às discriminações e no debate de um tema que surgiu somente nesse grupo, a crítica ao conhecimento impartido pela academia e a importância de impor outros saberes como os alicerçados na cultura/vivência/experiência do povo negro.

Alguns criticaram os partidos políticos, considerando que a juventude está descrente de partidos para os quais os direitos do povo negro: *não é uma pauta da juventude do partido, é da juventude negra do partido e se ela não está lá para se representar a pauta dela não é garantida*; outros insistiram que já havia novas formas de participação. Outros, ainda se declararam militantes de partidos de esquerda. No discurso de uma jovem militante de entidade do movimento negro, percebeu-se a ênfase de que há que distinguir a historicidade das causas – da geração atual e de há 30 anos – e cuidar por distinguir que forças de fato estariam dividindo e fragilizando a unidade dos agrupamentos juvenis e que há que unir forças na crítica à promoção do protagonismo juvenil por forças e interesses empresariais.

Ademais, outros grupos criticaram a imagem passada pela mídia, de que os jovens não participavam, enfatizando a formação de lideranças negras juvenis e a representação em espaços políticos decisórios.

Nós temos uma política de cabresto no Nordeste, estamos em um trabalho de reconhecer a democracia, nós temos 33 anos de 64 para cá, e ainda estamos nos empoderando desse conhecimento, dos espaços democráticos, aprendendo a fazer o controle social e é difícil principalmente para nós negros e negras, que fomos cerceados desse direito e ainda somos. Porque, quando criticamos, *ah a UJS não sei o que...* é porque a gente precisa aprender também a fazer os acordos, porque se não eles não pautam. Temos que falar, vamos botar a questão do racismo aí, vamos nos reunir, vamos sentar e vocês vão ter que ouvir. Ir para esses diálogos, ir para esses acordos, que isso para a gente é novo, como é que a gente vai fazer política? Porque nós também estamos em um processo que é novo para nós. Ao mesmo tempo que a gente está aprendendo temos que repassar esse conhecimento. Temos que começar a formar quadros para poder disputar sim os espaços políticos; se o poder é bom, eu também quero esse poder. Então, se a companheira está aí, por exemplo, tem que sair como vereadora, se a companheira está aí, tem que disputar o espaço no Conselho, se o companheiro é bom, tem que disputar esses espaços, coisa que muitas vezes é difícil, pois nos colocam como impossível, mas não é impossível não, porque a gente já tem grandes exemplos (...) (Grupo de Discussão, Movimento Negro).

Para uma jovem do Movimento Negro, os jovens negros e negras, diferentemente dos da classe média, não organizaram sua militância no movimento estudantil, mas a partir da materialidade de suas vidas, do racismo e das violências sofridas. Consideraram o Hip-Hop como uma de suas principais bandeiras na luta contra a violência policial e o enfrentamento do racismo, o que os diferencia das outras juventudes, o que não impede o envolvimento com questões universais. Destacaram também a crítica aos partidos políticos que, segundo ela, *não priorizam os problemas vividos pela juventude negra*. Muitos enfatizaram que vêm conquistando reconhecimento *por ocupação de espaços*, em particular do conhecimento formal: *Somos nós agora, protagonistas, escritores e sabedores desse conhecimento, desse saber; estamos cobrando e estamos aprendendo a fazer a cobrança! Estamos conseguindo avançar em conhecimentos. Nós temos aqui grandes palestrantes!*

Um jovem do movimento negro, ao refletir sobre suas experiências, entendeu que a simples presença de negros e negras na universidade, um espaço de hegemonia branca, implicava enfrentamento de dificuldades, mas também contribuía para evidenciar a gravidade do problema do racismo, inclusive na construção do conhecimento.

Só de ter a presença de um preto dentro de uma universidade já muda a maneira como essa, universidade respira. Vou dar um exemplo, eu quando entrei no Makenzie, por eu conhecer vários amigos, por isso e aquilo, eu percebia quando eu era seguido, tinha os à paisana e os próprios seguranças. A primeira vez que eu entrei no banheiro e não sei por que, voltei, estava um cara entrando e ele tomou um susto. Então assim, nós somos cerceados por conta de um racismo histórico que há no Brasil. O que significa estar na academia? Significa primeiro, questionar a posição do cerceador; segundo, significa uma maneira de ver, identificar e pensar o mundo diferente. Vou dar um exemplo: os jovens brancos quando vinham me convidar para festa, era todo o trajeto para quem vinha carro, 'você vem pela Marginal, corta não sei o que, não sei o que lá'. Não tinha a preocupação que eu tinha que pegar ônibus. Saía um pouco mais cedo da festa, porque eu tinha que chegar mais cedo, por que eu tinha isso ou aquilo outro. É o diferencial da percepção de mundo que entra em choque. (Grupo de Discussão, Movimento Negro)

Para jovens do movimento negro, a juventude está desacreditada da política e na formatação do Estado. Consideraram também que a produção acadêmica desempenhava um papel importante na manutenção desse quadro de desigualdades, mas que os jovens, e em especial a juventude do movimento negro, estava ciente desses problemas vinha procurando atuar e ocupar espaços para reversão desse quadro, inclusive dentro das universidades. Ressaltaram ainda o problema do embranquecimento da cultura negra e de sua mercantilização por parte da indústria cultural.

Jovens Quilombolas destacaram que a participação se dá em um processo cumulativo, e que há alguns anos não havia jovens em lideranças em nível de comunidade o que hoje é uma realidade que estimula mais jovens a participarem,

ou seja, a própria oportunidade de atividades gregárias, em particular no plano cultural e em atividades esportivas. Alguns jovens quilombolas são membros de partidos políticos, mas consideraram que a organização para eles tem marcas de cultura, de território e implica algo maior, a identidade, o que informa as ações por políticas públicas. Alguns criticaram a ação de entidades político-partidárias quando das Conferências no nível de estado.

Hoje o jovem está mais presente na comunidade. A antes a gente raramente estava presente porque o pessoal não nos incentivava estar nesses espaços; hoje, a maioria dos jovens já faz parte de associação, quando tem eventos a exemplo de Conferências, encontros, seminários, palestras assim, a juventude já está lá presente inclusive dando palestras realizando encontros organizando encontros dentro dos próprios territórios. Como exemplo disso, a gente tem algumas associações cujos presidentes são jovens, a exemplo lá da comunidade onde eu moro. (...) Hoje as próprias lideranças mais velhas já nos chamam de liderança, e para gente isso é algo muito importante. (Grupo Focal, Quilombolas).

Os jovens indígenas entrevistados foram críticos da ação da política partidária no nível das aldeias, mas analisaram que lhes vem chegando mais um tipo de política “corrupta” principalmente porque lideranças são corrompidas, mas pela educação se poderá contar com outras lideranças para que os povos indígenas contassem com voz e ação própria, destacando que os jovens podem vir a mudar tal estado de coisas. Mas houve os que consideraram que as próprias lideranças jovens poderiam se corromper pelo poder do processo político partidário.

Então eu acho que o maior problema de hoje é nós, os jovens, não estarmos ainda fortalecidos. Porque quando nós estivermos, aí sim, ninguém vai entrar não. A política quem vai fazer somos nós, porque a comunidade nos pertence. E é o que a gente quer. Porque enquanto eles entrarem com esse poder, vão continuar corrompendo, e vai ser uma desgraça dentro das aldeias, que é o que acontece. (Grupo Focal, Indígenas).

Os Jovens ciganos consideraram que discriminação e visibilidade de acordo com a autoapresentação da sua cultura e as condições de vida mais mobilizam os ciganos inclusive a buscar estar em espaços públicos e que possibilite diálogo ampliado, como o da Conferência, inclusive para colaborar na divulgação de direitos entre o povo cigano. Consideraram que os jovens da época tinham mais informações, mas enquanto *em 1964 havia uma manipulação de poderes, hoje haveria uma manipulação das massas* pela mídia.

Os Jovens portadores de deficiência enfatizaram que a mobilização política era básica para fazer valer direitos. Vários deles eram membros de partidos políticos, mesmo criticando que alguns não eram sensíveis à causa dos portadores de deficiência. Alguns consideraram a ONG um lugar mais efetivo para participar em prol dos deficientes.

Sou do PC do B. Eu estou nesta luta que é a nossa, de deficientes, a luta pela associação. Entrei faz pouco no partido e agora eu vou fazer muito mais, vou lutar para que melhore cada vez mais. (Grupo Focal, Jovens com Deficiências).

Eu sou do PSDB. Mas eles não estão colocando a questão da exclusão da pessoa com deficiência, mas insisto. (Grupo Focal, Jovens com Deficiências).

Eu estou em uma ONG. Atualmente, eu sou vice-presidente da Federação Brasileira de Esportes entre Surdos. Foi fundado em 2007. Nossa preocupação é que as crianças deficientes, surdas, no futuro tenham profissionalização no esporte. Nas paraolimpíadas, vocês viram algum surdo ali? É preciso desenvolver este trabalho. (Grupo Focal, Jovens com Deficiências).

A maioria dos Jovens Ambientalistas se apresentaram como educadores ambientais e destacaram um trabalho de *educação crítica e emancipatória*. Trabalharam sobre vários temas, observando a importância de participar em mídia alternativa, *com uma visão crítica da área de comunicação*. Também formataram o debate sobre participação, relacionando-a com o trabalho voltado para *uma outra cultura*, fato que abrangia a discussão da Agenda 21 e as ações relacionadas à ecologia em vários níveis global, nacional e local. Participar seria

investir em tornar presente ‘utopias’, como a de uma sociedade sustentável, observando-se que as bandeiras do meio ambiente são amplas e não restritas a temáticas específicas, como as de ecologia. Investiam alguns na multiplicação de organizações da sociedade civil, ampliando, portanto, a participação dos jovens por uma causa, considerando que estar em espaços da sociedade política é importante e que se há mais investir em nexos entre sociedade civil e sociedade política, com os jovens como *protagonistas*. Reconheceram que em alguns estados os jovens eram muito críticos dos partidos políticos, mas estariam interessados em debater política. Não necessariamente, porém, todos se orientavam por participar somente em organizações não governamentais, reconhecendo a importância dos partidos.

A bandeira que a gente traz aqui é a da cultura da paz. Eu venho com esse discurso que parece utópico, que parece uma coisa que na realidade a gente vive hoje, mas é naquilo que eu acredito, são as escolhas e opções que eu fiz dentro do movimento de que eu participo e eu vejo como uma possibilidade de mudança de um futuro melhor, da construção de uma sociedade sustentável. Estamos empenhados na construção do Sistema Nacional do Meio Ambiente e que a gente como juventude também construa um Sistema Nacional de Juventude que possibilite ter uma estrutura de financiamento de autonomia do poder público, mas que esse poder público possa estar de certa forma aliado, direcionando recurso para um fundo nacional do meio ambiente, um fundo estadual e um fundo municipal de meio ambiente. (...) Os 23 temas desta conferência estão dentro da Agenda 21, desde cultura de povos negros, indígenas, diversidade. (Grupo Focal, Ambientalistas).

Também os Jovens no Movimento Hip Hop priorizaram a unidade em torno da temática em que se engajavam, no caso o Hip Hop: *somos de vários partidos. Mas a nossa unidade é o movimento Hip Hop*. Ressaltaram que o Hip Hop une o artístico e o político e que *hoje na periferia o jovem mais politizado é o jovem do Hip Hop*. Sublinharam sua autonomia, sua força na relação com os partidos políticos e o fato de que muitas entidades estavam relacionadas a esses, mas defendiam, acima de tudo, a identidade Hip Hop em tal relação. Vários dos jovens entrevistados eram candidatos a vereadores, situação que há alguns anos, segundo eles, seria impensável. Atribuíram o ganho em legitimidade à defesa de um projeto de mudanças sociais acoplado ao cotidiano de vida nas periferias à linguagem artística próxima da população das favelas e periferias.

Os jovens do movimento Hip Hop falaram com entusiasmo do processo de consolidação do movimento e da importância que vêm conseguindo:

A Nação Hip Hop Brasil está organizada nos vinte e cinco Estados da Federação e é mais um gomo dessa grande corrente, porque além da Nação Hip Hop Brasil existe a CUFA, que é parceira; existe o MOB que é também parceiro, o MH2O que também é aliado estratégico, além da ZULU que cumpre um papel importantíssimo dentro do nosso país, ou seja, influenciar o maior número de jovens possível, fomentando a cultura Hip Hop com suas raízes e seus fundamentos. Mas, a que de fato a Nação Hip Hop Brasil se propõe? A ser a principal entidade nacional para organizar o movimento Hip Hop, ser a representante nacional do movimento Hip Hop, por ter hoje no país a política mais avançada para organizar o movimento Hip Hop na questão política (...) ter uma entidade que consiga dialogar não só com a periferia que é de onde a gente vem, mas, possa fazer a interlocução com as esferas públicas e as instituições governamentais ou da iniciativa privada. É isso que se propõe a Nação Hip Hop Brasil. (Grupo Focal, Movimento Hip Hop).

Um jovem da Nação Hip Hop declarou que o hip-hop era um dos únicos meios de expressão e de politização para as pessoas pobres, refletindo sobre as condições de vida de sua própria família. Descreveu a favela nos termos da violência e da opressão que lá existem, entendendo o hip-hop como a poesia que descrevia a dura realidade da favela e como uma forma de denúncia, mas principalmente como linguagem intelectual da periferia. Tal expressão era feita pela periferia que, inclusive, estaria substituindo o saber da intelectualidade convencional, pelo saber vivência. Isso lembra a expressão “sentir pensante”, usada por Eduardo Galeano para descrever a produção de conhecimento da militância popular latino-americana.

Um jovem do Hip Hop falou da situação do movimento no estado do Paraná, do diálogo que estava sendo travado com comunidades quilombolas, destacando o problema do imperialismo cultural e do assédio das Igrejas Evangélicas. Destacou o uso da política pela diversidade por pessoas de fora das comunidades originárias e da falta de recursos públicos para eventos promovidos pelo pessoal do hip hop em lugares em que se promovia a cultura convencional e de elite.

Jovens da CUFA emprestaram sentido amplo ao conceito de participação, se auto referindo como movimento social capaz de imprimir participação nos seus trabalhos com jovens, por um sentido de construir referências e buscar oportunidades. Foram críticos da política partidária mais por vícios de alguns políticos e por dar menos espaço para os jovens formatarem seus próprios projetos. Sublinharam, ainda, que em movimentos sociais existe mais autonomia:

Nosso objetivo é fazer com que o jovem participe construindo sua sociedade, construindo sua qualidade de vida, dar um pouquinho de oportunidade para ele, para que ele possa realmente participar da vida para que não seja levado na correnteza do mundo pela miséria, pelo desemprego, pela violência, para que possa levantar e falar assim: “ Eu sou dono de mim.” (Grupo Focal, CUFA).

Três **jovens no PROJOVEM** fizeram parte de uma entrevista em grupo, todos demonstraram desinteresse em vir a se filiar em partidos políticos. Um chegou a afirmar: *Eu como jovem não tenho interesse em me filiar a partido algum*, Vários jovens de outros grupos temáticos consideraram que haveria conflitos entre ter voz de jovem e estar filiado a uma organização político partidária. Eram jovens que moravam em periferias, dois eram alunos e um instrutor, e todos se declararam bastante favoráveis ao PROJOVEM, inclusive pelo sentido de Pátria, de *união*, de *solidariedade entre os participantes*, considerando que isso também havia no movimento de Rap e que podiam, assim, contribuir para suas comunidades. As organizações políticas, segundo um deles, *têm essa questão de politicagem*, sugerindo que os jovens – em geral, não somente eles – tivessem outra conduta. Tinham projetos de seguir universidade, considerando que tal perspectiva foi estimulada pela relação com o Projeto. Discutiam sobre política, inclusive em entidades culturais de que participavam, como em um grupo de Rap, por compromisso e interesse em *participar para fazer alguma coisa pela periferia*. No debate sobre perspectivas em relação ao movimento estudantil, um fez comparação com gerações passadas, avaliando criticamente o movimento atual.

Eu gosto muito de trabalhar em grupo de jovens a questão de consciência, do engajamento da juventude. Hoje, uma parcela da juventude está ficando um pouco indiferente. Não sabem o que acontece em nível estadual, em nível nacional. Muitos jovens por aí

na rua você pode perguntar, provavelmente não estão nem sabendo que está havendo a Conferência com vários debates, então, para nós, como mídia jovem, eu como voluntário e em outros trabalhos, é interessante conviver com o jovem para ele também passar essa idéia da importância da cidadania. (Grupo Focal, PROJOVEM).

[Discordo] o problema do jovem, na maioria das vezes, não é ele não se importar ou ele estar indiferente em relação à política brasileira. O jovem é pouco informado e pouco politizado, por isso esse descaso. Então porque que eu vou me importar com uma Conferência que está acontecendo, se eu nem conheço nem sei o que é isso? Tinha que haver mais informação para jovens, para eles poderem se preocupar mais, para eles se politizarem mais e para que os jovens possam elaborar formas da gente viver num país melhor. (Grupo Focal, PROJOVEM).

Entrevistou-se um grupo de jovens da área de comunicações que fazia a cobertura da Conferência Nacional de Políticas de Juventude, Jovens do Grupo Viração. Eram relacionados a ONGs, críticos da forma de organização partidária: *Os partidos mudam de nome, mas a diferença entre eles é geralmente estética. Na verdade, tentam manipular as pessoas.* Consideraram que a juventude preferia se reunir em ONGs porque elas buscavam alternativas que não são oferecidas pelo Estado. Frisam que *uma forma de participação é questionar a imprensa oficial, investir em uma mídia alternativa que mostre como os jovens não são passivos, mas estão se mobilizando.*

Os jovens da Viração enfatizaram a existência de diferentes contextos que emolduravam a realidade dos jovens. Consideraram que os jovens estavam mobilizados e conscientes de seu papel, mas que faltava acesso à informação.

A juventude brasileira em geral é vista com muitos estereótipos, com muitas classificações, muitos rótulos, mas eu acho que nunca a juventude brasileira nunca, em momento algum, um grupo especial ou outro deixou de sonhar. A pesquisa que o UNICEF divulgou, “Vozes Adolescentes – Jovens e Adolescentes no Brasil”, fala que 33% dos jovens brasileiros se preocupam com a política, o que parecia uma contradição, já que as pessoas sempre achavam que adolescente e o jovem só eram preocupados com a sexualidade e com um monte de

outras coisas, que era uma idéia super fechada na cabeça das pessoas e isso foi totalmente desbancado, o jovem brasileiro nunca deixou de sonhar (Grupo Focal, Imprensa, Viração)

Alguns jovens no grupo focal de Jovens em Redes romperam a dicotomia do debate ou partido ou movimentos sociais e pautaram como há juventudes que transitam entre temas e mais se preocupam em discutir como jovens uma ampla variedade de temas, tendo conquistado institucionalidades em organizações de trabalhadores, por exemplo, e diversificado formas de participação. Mas havia os que consideravam que a baixa participação da juventude em movimentos sociais ou em debates sobre política devia-se ao fato de não diferenciarem entre partidos e movimentos sociais, sendo críticos àqueles. Frisaram que se os dados indicavam baixa participação, era preciso ter como positiva a diversidade de lugares de participação dos jovens. Relativizaram, também, que as estatísticas sobre baixa participação juvenil se relacionavam à falta de vontade, bem lembrando as dificuldades que os jovens enfrentavam por garantir sobrevivência, carreira, equacionar tempo de qualificação e tempo de participação, advertindo sobre o peso da materialidade das condições de vida. Assim se expressou uma jovem militante de Salvador: *A gente precisa, a gente tem nossas necessidades e por mais que se diga que se quer mudar o mundo, quer transformar, quer fazer uma sociedade mais justa, como se pode fazer isso se não há condições de se manter como militante.* Jovens ligadas a grupos com inscrição religiosa ressaltaram exemplos de familiares que estiveram ou estavam em movimentos sociais, mas a maioria concordava que participação é vontade, é *recorrer à palavra* conforme se expressou um jovem do Maranhão, *é construir um projeto crítico próprio.* Quando compararam gerações consideraram que a história de cada uma delas era singular e que mesmo em 68 não eram muitos os que estavam nas ruas e que, diferentemente de hoje, a participação era constituída basicamente de estudantes.

Os dados sobre a participação realmente hoje são muito baixos, mas tem um outro lado: tem uma diversidade de interesse pela participação; se você tinha algo que era muito centralizado ou no movimento estudantil ou no movimento de igreja, o que continua forte ainda nos movimentos de juventude rural, setor mais ligado à Pastoral. Hoje você tem um leque muito maior de interesses. Na discussão sobre meio ambiente, a juventude não está discutindo apenas os temas ligados à identidade juvenil. A Rede de Juventude

pelo Meio Ambiente pensa na identidade dos jovens, mas pensa identidade ligada a outros temas. Hoje tem isso, tem uma busca da afirmação dessa identidade juvenil, mas discutindo muitos temas. A participação é diferenciada porque há uma discussão em torno das políticas públicas e isso diferencia também, pois há uma articulação em torno dessa identidade, não é mais apenas o partido político ou movimento estudantil que dão o tom da discussão, mas é muito mais amplo do que isso. (...) (Grupo Focal, Jovens em Redes)

A luta de classe para alguns Gestores Estaduais foi categoria mencionada como própria de *movimentos tradicionais, partidos e sindicatos*. Para alguns, movimentos sociais por identidade a nível internacional estariam sendo difundidos como alternativas àqueles por causas mais pontuais e *mais fáceis de articular*. Para outros, a tendência era misturar formas de fazer política, predominando cada vez mais jovens que estariam nos chamados movimentos *tradicionais* e em movimentos sociais por identidade ou, ainda se combinando alianças, apoios institucionais. Mas todos concordaram que a juventude tendia mais à crítica a formas institucionalizadas que usavam a burocracia. Não se distinguiam fronteiras entre mobilização por políticas públicas para os jovens e grandes mobilizações se houvesse *um inimigo comum*, nos discursos de jovens gestores, que eram otimistas em relação àquela geração de jovens, ainda que reconhecessem que se herdaram tendências a se organizar por institucionalidades de gerações de jovens das décadas de 60/70.

Internacionalmente vem-se colocando muito a questão dos direitos difusos. Então é mais que natural que a juventude venha consumir esse bolo também, a parcela mais ativa da população. Agora eu tenho um pé atrás em relação a essas bandeiras identitárias, porque os movimentos tradicionais, os movimentos partidários, enfim, eles não têm pudor de achar que são dependentes. Ora, há pouquíssimos movimentos independentes. Não adianta nada você não levantar a bandeira, mas quando chegar a hora da ação você reproduzir a ação dos tradicionais. O movimento do Hip Hop tem um braço de partidos. Os modelos [por identidades] são formas novas de se fazer política, é, mas a gente não deixou para trás os tipos tradicionais. No início tem uma linha divisória, mas aos poucos vão se misturando. Não sei onde é que vai dar, nem de onde é que veio. Ainda estamos iniciando esse processo. (Grupo Focal, Gestores Estaduais).

Os Gestores Municipais contribuem singularmente para o debate sobre participação na perspectiva de jovens, ao refletir-se sobre a participação envolver interação social; não participar também seria uma forma de participar. A discussão ficou mais sobre o conceito de participação, sendo consensual que é importante participar em nível local.

Um tipo de participação fundamental liga-se ligada ao voto. Mas há outros tipos de participação também, que não estão relacionadas com o voto. A consciência, não digo uma consciência crítica, todos nós temos – Paulo Freire já dizia isso – todos nós temos consciência – tem umas pessoas que têm uma consciência ingênua, outros têm crítica. Mas, trabalhar essa consciência que está bem na juventude, uns têm consciência mais crítica, outros menos, outros têm consciência ingênua, mas todos nós temos consciência, então tem que deixar as pessoas manifestarem isso. (Grupo Focal, Jovens Gestores Municipais).

A participação política começa dentro da casa da gente. A partir do momento em que se preocupa com o problema da comunidade, do local em que se vive e procura-se participar da associação de bairro, das conferências da cidade, porque não tem só Conferência de Juventude – tem conferência de saúde, tem Conferência do Conselho da Criança. Então a partir do momento em que você se interessa em participar de alguma coisa, mesmo que seja o mínimo, na associação de bairro você já está começando a ter participação política; também tem a participação política pelo voto, é exercer a cidadania. (Grupo Focal, Jovens Gestores Municipais).

A participação política é a emancipação do ser. Eu acho que quando você tem participação política, você tem emancipação, você tem consciência, você tem formação, porque isso vai dando subsídios. (Grupo Focal, Jovens Gestores Municipais).

O questionamento sobre a História da iniciação no campo de gestão de políticas de juventude, indicou que boa parte dos entrevistados em grupos de gestores municipais vinham de movimentos amplos, como a Pastoral e o movimento estudantil. Relataram-se singularidades do estar na gestão de políticas públicas em relação a essa experiência prévia. Posicionaram-se os entrevistados favoravelmente a cotas para mulheres no nível da gestão

municipal de políticas públicas, mas a maioria questionou o que consideravam ser uma perspectiva pró-fragmentação de movimentos sociais que não seriam permeáveis à participação do outro que não os constituintes identitários. Consideraram que tal modelo apresentava vieses quando se esteja no plano de gestão pública e que, por exemplo, os gestores de políticas de juventude teriam que estar a par de outros temas e ter mais diálogo com gestores mais velhos de outras áreas, em particular em postos de decisão. Como vários outros grupos focalizados também criticaram as comparações entre gerações de jovens, considerando-se conjunturas históricas específicas e sublinhando-se a importância de identificarem-se linguagens diversas de participação e agenda dos jovens:

O movimento estudantil não é mais, como já foi, o único instrumento de mobilização, de participação; ele tem a sua importância. Eu acho que o mais importante é a gente descobrir, é a gente deixar de ser alienado. Talvez o jovem esteja muito mais na nossa frente em termos de mobilização, o que cabe à gente descobrir. (Grupo Focal, Gestores Municipais)

QUADRO 2. O que se entende por participação

Participação no passado era você simplesmente ocupar os espaços com números. Hoje a participação nossa é a efetivação da ação. O partido é composto por todos, a juventude não dá mais só para ser a parcela, que vai lá para levantar a bandeira. A juventude tem que estar na executiva do partido, ser vereadora, a juventude quer estar no poder, quer estar no governo, quer uma Secretaria para participar. Porque não dá mais para a gente transferir as responsabilidades de construir políticas públicas para uma pessoa de 60 anos, mesmo que ela conheça e saiba quais são as políticas públicas. Ele foi jovem, não está mais jovem. Nós somos e nós queremos fazer porque o que a gente pensa é o retrato do país, então esta é a diferença, participar fazendo, participar construindo. Esta é a mentalidade da juventude do PMDB, não dá mais para acompanhar o processo tem que estar no processo. (Grupo Focal, jovens PMDB).

O “tchan” para militância é o primeiro passo por um sentimento de mudança. É o inconformismo, é você se indignar, aí eu invoco as palavras do comandante Che Guevara que diz que se você é capaz de tremer de indignação diante das injustiças do mundo, então somos companheiros e parte por aí essa diferença. O militante está cansado dessa realidade que nós temos por aí. (Grupo Focal, Jovens JSB)

QUADRO 2. Continuação

Há diversas formas de participações e, claro, para todo mundo que começa a participar, por exemplo, de um movimento cultural, seja ele não político, significa estar na política, pode até não ser partidária. Ele quer introduzir o jovem no esporte, na cultura, na dança, nas tradições brasileiras promovendo a cultura brasileira - tem todo um ativismo que não necessariamente é político partidário. E tudo isso é válido. E a participação da juventude é participação, porque contribui de uma forma positiva para a sociedade. Eu acho que é nesses pontos que a juventude contribui com a participação. (Grupo focal, UBES).

[Participação] é quando a própria juventude constrói, ela não participa de algo que fizeram para ela. Ela é receptiva e também é construtora da política. Eu me sinto construindo a política de juventude, a política do Brasil, a política de nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais, sinto-me construtora, atora de nossas políticas e de nossos direitos (Grupo focal, CONTAG)

Participação para mim é paixão, vir atrás para participar; construção, mas não construir as respostas, construir as perguntas; e a terceira coisa é o compromisso: a gente só ajuda no processo de participação naquilo em que a gente participou, que apaixonou a gente, que a gente ajudou a pensar o porquê, pra que e onde, e aí eu acho que o compromisso traz o processo de participação - para mim, participação é isso. (Grupo focal, CUT).

Participar? Acho que participar é construir. Você participa quando constrói algo e está fazendo um ato que pode ser benéfico ou até maléfico, mas que você está construindo algo. Quando você constrói, você cresce e acho que participar é construir e crescer tanto pessoalmente quanto por reconhecimento dos outros e em todos os aspectos. (Grupo focal, quilombolas).

Participação é estar em espaços como este, estar nessas Conferências e sempre ter ciganos e mais ciganos. Estamos poucos, no máximo oito ciganos. E só no Brasil, somos mais ou menos um milhão de ciganos. Nem meio por cento dos ciganos está sabendo desta Conferência e dos direitos deles, muitos são muito analfabetos, não têm experiência de nada; muitos moram em barraca, sem acesso a nada. (Grupo focal, ciganos).

Para discutir participação política tem um termo sociológico *interação social*, que é básico; toda sociedade tem interação social, mesmo quando você se isola da sociedade, você está interagindo à medida que está rejeitando a sociedade. Eu associo interação social com participação política, para mim é a mesma coisa. Aí poderia desembocar no quê? Existe uma participação política negativa e uma positiva; vamos tentar colocar na cabeça dos jovens uma participação política mais ativa. Eu acho que o conceito que tem que ficar para todo jovem é que qualquer ação dele, mesmo quando ele está sendo passivo e não fazendo nada ele está participando, é a participação política. Não valorar moralmente, participar. É participar de um grêmio, é ser líder. Não participar é também participar politicamente. (Grupo focal com jovens gestores municipais).



3.

Construções sobre a Juventude Hoje

A questão proposta, *o que melhor define o jovem dos dias de hoje?* Trata da reflexão sobre o próprio conceito de juventude. Vale destacar que os participantes tenderam a ressaltar as alternativas que representam valores positivos e dimensões próprias da juventude;

TABELA 4. Percepção dos participantes da Conferência Nacional de Juventude sobre as características dos jovens - Brasília, 2008.

Definição dos Jovens de Hoje	Porcentagem sobre total de respondentes (%)	Número absoluto de respondentes (N)
A linguagem, a música	37,7	699
O jeito de se vestir e a aparência	34,7	643
Ser questionador/ transgressor/ ousado	30,5	566
Ser criativo/ empreendedor	27,1	502
A consciência, a responsabilidade e o compromisso	25,4	471
Buscar adrenalina, correr riscos	23,7	440
A insegurança pessoal e social	22,3	414
A falta de perspectivas	20,4	378
A força e a agilidade	18,6	344
Ser instável emocionalmente	8,3	153
Ser egoísta	6,0	111
Outros	2,9	53
Total de respondentes	100,0	1854
Total de respostas marcadas		6628

Fonte: Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude- Pesquisa Políticas de Juventude, Bandeiras e Participação: Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (coord. Castro e Abramovay 2008).

Nota: Foi perguntado: *Pensando nas características de uma determinada faixa etária, o que melhor define o jovem nos dias de hoje?* (Respostas múltiplas)

OBS: Nessa pergunta, o respondente marcava 3 opções de resposta.

- os itens relativos à *linguagem e à música* (37,7%), seguido do *jeito de vestir e aparência* (34,7%) e de ser *questionador/transgressor/ousado* (30,5%) corresponderiam às três principais características dos jovens.

A música e os movimentos culturais permitiam uma negociação com a estrutura social dominante. Na percepção de alguns dos gestores municipais entrevistados, a música e a cultura eram fortes meios de expressão juvenil, vindo substituir, em parte, a participação política partidária *tradicional*. A identificação com a musicalidade é uma das formas de se alcançar a emancipação social, já que por uma identificação inicial com culturas externas, os jovens conseguem, a partir de processos criativos, criar nuances próprias. É interessante perceber a importância do movimento hip-hop como canalizador de reivindicações juvenis, o que apareceu não apenas nas falas dos integrantes do próprio movimento, mas também nas visões de gestores públicos, juventudes partidárias e integrantes do movimento estudantil.

Percebeu-se, portanto, mais do que uma polarização dicotômica entre partidos políticos e movimentos culturais, um profícuo diálogo entre maneiras *antigas e novas* de se fazer política. Alguns destacaram o ritmo e a poesia dos comícios, seu uso em sindicatos, câmaras de vereadores e tantos outros espaços.

A música e o consumo, ambos apontados pelos pesquisados como características da juventude, foram temas que se interpenetravam, seja nas discussões sobre as marcas dos aparelhos tocadores de mp3 ou nas que versaram sobre a imanência da indústria fonográfica e sua relação com a música como espaço de reivindicações, criação e afirmação de identidades.

Para alguns entrevistados, a moda e a aparência configuraram-se também como uma questão de linguagem, uma forma de as pessoas expressarem suas idéias e sentimentos, refletindo ou externando o que jovens *pensam e sentem*. O consumismo, que carrega sentido pejorativo, não correspondeu à única referência a ser levada em conta. A moda e a aparência passaram pelo reconhecimento, pela necessidade de mudar um estereótipo sobre o jovem rural que acompanha os que vivem na cidade.

Verificou-se, ao contrário de muitas análises possivelmente simplistas, que *Ser questionador/ transgressor/ ousado* foram características com tendências a ser consideradas positivas.

- Registraram-se, com menor frequência, os itens relativos a *ser criativo e empreendedor* (27,1%), *ter consciência e responsabilidade* (25,4%), *buscar adrenalina e correr riscos* (23,7%), *demonstrar insegurança pessoal e social* (22,3%) e *falta de perspectiva* (20,4%);
- As alternativas *ser instável emocionalmente* (8,3%) e *ser egoísta* (6,0%) foram as menos selecionadas do elenco apresentado sobre as características dos jovens – um achado que pareceu questionar estereótipos

adultocêntricos sobre a juventude, tão comuns na sociedade de hoje, que ressaltam aspectos negativos ou depreciativos sobre esse corte populacional. Os jovens entrevistados não aceitaram a pecha de *conformado* ou *comodista*.

As percepções dos jovens entrevistados estiveram ajustadas aos diferentes contextos de suas vidas e apresentaram formas de pensar, de se colocar no mundo, também diversificadas tanto para os indivíduos como para os grupos a que pertenciam. Isso está intrinsecamente ligado à pluralidade de características elencadas como *juvenis*, sempre (re) significadas por uma juventude que reinventa formas de participação, pertencimento e engajamento social e político.



4.

Problemas do Brasil, problemas para os Jovens

Os seguintes problemas foram apontados como os mais graves do Brasil, galvanizando mais de 10% de respostas: desigualdades sociais (47,4%), desemprego (44,2%), violência (36,5%), pobreza (36,0%), qualidade da educação (32,5%), corrupção (27,1%), narcotráfico (11,3%) e racismo (10,0%). Os que apresentaram (10% ou menos), mesclaram direitos de identidades, questões também estruturais, de uma ordem mais abrangente, como sistema de classe e imperialismo, e campos que vinham sendo considerados como prioritários para a juventude como a questão ambiental (8,1%), falta de opções culturais (4,9%), falta de opções esportivas (3,1%) e de lazer (1,6%) entre outros.

Tal escala de prioridades quanto a problemas do Brasil desfaz a idéia de que os jovens necessariamente são autocentrados, já que eles combinaram uma orientação por uma linha individual, questões sofridas como jovens, mas também indicaram uma preocupação coletivista com o social, com o estado da nação, haja vista que desigualdades sociais e pobreza foram alternativas amplamente apontadas.

TABELA 5. Problemas brasileiros considerados mais graves pelos participantes da Conferência Nacional de Juventude - Brasília, 2008.

Problemas	Porcentagem sobre total de respondentes (%)	N
Desigualdades sociais	47,4	879
Desemprego	44,2	820
Violência	36,5	677
Pobreza	36,0	667
Qualidade da Educação	32,5	603
Corrupção	27,0	501
Narcotráfico	11,3	209
Racismo	10,0	185
Qualidade da Saúde	9,2	171
Exploração sexual de crianças e adolescentes	9,1	169
Sistemas de classes sociais	8,1	151
Questão ambiental	8,1	151
Fome	7,8	145
Imperialismo	6,9	127
Falta de opções culturais	4,9	91
Violência contra a mulher	4,8	89
Emprego decente	3,5	64
Exclusão digital	3,1	57
Falta de opções esportivas	2,1	39
Discriminação de deficientes	2,0	37
Falta de opções de lazer	1,6	30
Outros	1,9	35
Total de respondentes	100,0	1854
Total de respostas marcadas		5897

Fonte: Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude- Pesquisa Políticas de Juventude, Bandeiras e Participação: Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (coord. Castro e Abramovay 2008).

Nota: Foi perguntado *Assinale os 3 problemas mais graves do Brasil*.

OBS: Nessa pergunta, o respondente marcava 3 opções de resposta

Muitos discursos entrelaçaram problemas do Brasil com os problemas que atingiam de forma peculiar os jovens, sugerindo um trânsito entre problemas atuais, problemas futuros, problemas de vários cortes, problemas de todos, de determinada inscrição social.

Referiram-se a questões como cultura, educação, formação crítica, capacitação profissional, o emprego – em particular o primeiro emprego –, a autonomia, a inserção na sociedade, as desigualdades sociais e as diferenças

entre as classes sociais: *Então, na verdade mesmo a gente vive num país demagogo e hipócrita. São dois países, um país que tem uma constituição para quem tem dinheiro e um país que tem uma constituição pra quem não tem dinheiro.* Na perspectiva de alguns, certos jovens são mais atingidos que outros, o que é parte de *uma cidadania incompleta.*

Poucos temas têm merecido tanta atenção hoje, como o da violência. Para muitos autores, um dos signos da contemporaneidade é a insegurança, a impotência, o medo de que os mais diversos tipos de violência atinjam a sociedade, quer como membro de uma coletividade, quer no plano da vida privada, desestabilizando individualidades (ver entre outros, BOUDON, 1993 e BOURDIEU, 1997)¹⁰.

Nos depoimentos dos jovens, a questão da violência ocupou a pauta de maneira espontânea. Violência foi considerada produto de vários problemas sociais do Brasil e, no caso dos jovens, eles são singularmente afetados pela falta de políticas públicas que contribuem para tal estado (...) *os maiores vitimizados com a falta de políticas somos nós jovens, com a falta de acesso à educação, à cultura e aí o que sobra para gente, é a violência, a discriminação (...)*

- Violência e lugar de moradia estigmatizado, como a favela ou as escolas e as famílias.(...) *A favela não tem espaço para lazer, não tem espaço para o esporte; eu considero a favela um grande campo de concentração e ali que a gente convive com os psicopatas, é ali que a gente convive com os matadores (...)*
- a falta de escola, o desemprego, a falta de perspectiva de crescimento pessoal, profissional fariam com que os jovens fossem os mais atingidos pela violência.
- morte prematura, assassinatos das juventudes principalmente das ligadas ao tráfico de drogas: (...) *o tráfico está tomando conta da juventude, jovens que vão ali e fazem o papel de avião, de entregar a maconha e dali a cinco anos esse jovem está fora, não é mais do mercado de trabalho, da sociedade, ele está morto (...).*Jovens envolvidos no crime organizado não são alcançados pelas políticas públicas.
- jovens indígenas relacionaram os problemas da violência em algumas aldeias indígenas pela presença do narcotráfico: (...) *Mas tem caso de aldeias em que a droga está rolando solta, tudo isso gera violência.* Citaram também: *o alcoolismo, as drogas, as DSTs e a ociosidade assim como a disputa pela terra, a transferência de aldeias e a violação e perda da cultura ; a perda de território.*

10 BOUDON, R.; BARRICAUD, F. *Violência*. In: BOUDON, Raymond; BARRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Editora Vozes: Petrópolis, 1997.

- violência doméstica foi tema enfatizado pelas jovens feministas, (...) *elas têm* dificuldade em denunciarem seus agressores, pela lentidão da justiça (Lei Maria da Penha) e da especificidade das mulheres no tocante à violência.
- Preconceitos: por *morar numa localidade onde é favela*, gênero, opção sexual *ser negro*, preconceito contra os jovens com deficiência; preconceitos contra diversos grupos, como os jovens no campo e de grupos religiosos não hegemônicos: *os terreiros são espaços abertos para todo mundo, a gente não tem intolerância com ninguém.*
- violência física contra negros: *O processo de genocídio está se dando, matar já estão nos matando, nos aleijar, já estão nos aleijando, nos violentar, já nos violentam todos os dias (...)*
- O preconceito contra o povo cigano, segundo jovens ciganos provoca auto violências, contra si, contra sua coletividade, pois leva muitos a esconderem sua identidade étnica. São acusados de serem sujos, ladrões, “macumbeiros”, de bruxos, de animais: *Diç que faz muita coisa errada, diç que é ladrão, que rouba criança, diç que não toma banho, diç que é isso que, é porco diç que é todo é para sociedade o cigano é como se fosse um animal, um subumano.*
- LGBT destacam histórias e refletem sobre processos que envolvem múltiplos tipos de violências e em várias instituições, como na família, na escola, nas relações com a polícia, na forma como são retratados pela mídia e na internet, entre outros espaços: *assédio moral, discriminação, ofensas, o quanto isso ofende o ego, o íntegro, a alma.*
- Violência e polícia – a violência, a incivilidade dos policiais e até mesmo com comportamentos próprios da bandidagem foram os principais problemas da juventude da periferia:

QUADRO 3. Juventude e Polícia: vozes de jovens

Às vezes, a polícia representa uma ameaça maior do que os bandidos. *Se o bandido é preso a gente até tem uma negociação (...)* ;

A polícia não está preparada pra essa situação e hoje eu como jovem, e eu falo por mim, o meu maior medo não é dos bandidos o meu maior medo é da polícia (...) ;

(...) Eu tenho marcas... essa aqui eles me queimaram... me queimaram... essa aqui só, fui espancado, tapa na cara, amarraram meu pescoço saco na cara, fuzil na cara, bateram com aquelas tábuas de andaime (...) ;

(...) É pra te abordar, o serviço deles é revistar e tal, vai lá eles chegam e dão um chute nas pernas, entre as pernas, te xinga, te dão motivo todinho pra você xingar eles e ser preso(...)

Mais do que violência haveria uma cultura da violência, que se materializaria pelos símbolos mais diversos, conforme a ambivalência do imaginário social sobre o tema, mas a dor e as repercussões eram concretas. Tal imaginário tende, insiste-se, à banalização, que se traduziu muitas vezes em convivência social com violências. Segundo um dos depoimentos: *A violência hoje em dia é mais intensa e banalizada que no passado, hoje parece que é menos velada, a polícia andando de AR15 na rua do Rio, é coisa do cotidiano, mais banal. As crianças passam na rua, para ir para escola e veem um corpo estendido no chão com lona por cima e aquilo se torna natural.*

Não por acaso os jovens sugeriram que há que se discutir problemas do Brasil e em que medidas esses são problemas para os jovens, ao tempo que também insinuaram, implicitamente, que focalizar problemas para os jovens seria um caminho para contornar muitos dos problemas do Brasil.



5.

Percepções sobre a Conferência

- Os participantes indicaram, em sua maioria, que a organização da Conferência foi boa (41,8%) e excelente (24,6%), sendo, entretanto, significativo os que responderam que regular (22,3%).

PONTOS CONSIDERADOS POSITIVOS

Segundo os entrevistados, a mobilização em torno da Conferência:

- *Ajudou na construção de conselhos estaduais da juventude;*
- *representou um grande avanço para o debate sobre juventudes;*
- *fortaleceu os mecanismos de participação, tendo portanto, função também pedagógica;*
- *abriu canais de diálogo entre juventude organizada e o governo, estimulando foros de debate e comunicação;*
- *significou um importante avanço para sua organização política de grupos, e uma maior visibilidade das demandas específicas de segmentos tradicionalmente excluídos dos debates e consultas públicas norteadoras das políticas públicas;*
- *fortaleceu espaços de interação, trocas de experiências entre grupos e até na auto-estima, para se ter coragem de ser o que se quer ser.*

PONTOS CONSIDERADOS NEGATIVOS

Como tal destacam os participantes:

- *a falta de envolvimento de municípios e regiões;*
- *a falta de informação, interesse e de esclarecimento por parte da juventude sobre como e por que participar, sobre o seu papel e o que a organização de uma conferência pode significar na vida dos jovens, na sua interrelação com as políticas públicas de governo e do Estado;*
- *o engessamento do poder público como uma barreira para que se efetivem propostas a partir da Conferência;*
- *a necessidade de um marco legal para que essas políticas sejam “de e com”, e não apenas “para” jovens;*
- *a invisibilidade de demandas e as especificidades de comunidades tradicionais, minorias étnicas, raciais religiosas ;*

- *a falta de cobertura pela mídia;*
- *que a metodologia da conferência teria sido verticalizada;*
- *a cooptação dos jovens e de suas bandeiras por parte dos partidos políticos;*
- *a pouca participação da sociedade em geral, porque a organização não estimulou que isso acontecesse;*
- *o fato de não conseguir atingir os jovens que não estão mobilizados, alegando-se que os participantes da etapa nacional foram apenas aqueles jovens politizados que marcaram presença nas Conferências Livres;*
- *a falta de uma perspectiva de gênero no regimento interno que norteou a eleição dos delegados;*
- *o racismo como principal problema no processo de eleições dos delegados;*
- *divergências sobre a forma melhor de organizar os GTs entre membros do mesmo movimento, como no movimento negro;*
- *que a juventude ligada ao campo também enfrentou dilemas parecidos aos da juventude negra, como necessidade de pressionarem a organização para a construção de um GT específico em que pudessem debater problemas particulares aos jovens do campo; e que bandeiras importantes como a Reforma Agrária para a juventude rural acabaram ficando de fora das resoluções;*
- *que o GT sobre Comunidade e Povos Tradicionais aglutinou grupos de realidades muito diferentes, o que dificultou a construção em comum de propostas. Como os representantes de cada comunidade tradicional eram poucos, não foi possível que cada um construísse um GT próprio; os jovens ciganos consideraram que tal problema teria sido ainda mais crítico; suas propostas do relatório da Consulta Nacional não foram contempladas no Caderno de Resoluções da Conferência; que o preconceito e a especificidades das comunidades tradicionais, sobretudo, da juventude de terreiro, dificultam a visibilidade de suas questões nas plenárias gerais;*
- *que o GT Segurança Pública foi prejudicado pela forma como foi nomeado, o que acabou despertando pouco interesse pelo assunto, e que teria sido mais interessante chamá-lo de GT Violência; que o tema violência foi de fato pouco debatido na Conferência;*
- *que os temas deveriam ter sido trabalhados em conjunto, ao invés de ficar cada um no seu nicho.*

Destaca-se como preocupação: *os possíveis não acolhimento e efetivação das bandeiras, demandas e propostas elaboradas no decorrer da Conferência.; para que a Conferência se irradie há que ter mobilização dos jovens.*

6.

Recomendações dos participantes sujeitos da pesquisa e resoluções da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

RECOMENDAÇÕES GERAIS

- *Que a Conferência tenha raça e classe como eixos.*
- *Se o governo se preocupasse em primeiro lugar com o bem-estar do povo, haveria conseqüentemente maior número de trabalhadores que teriam sua função valorizada, e com isso, melhores condições de vida.*
- *A juventude e o país precisam de transformações estruturais. Combater o desemprego estrutural, o latifúndio, a mercantilização da educação e o monopólio das comunicações.*

Alguns grupos focais discutiram também recomendações e reforçaram as mensagens expressas nos questionários, qualificando e aprofundando as questões, conforme se ilustra a seguir:

A FETRAF se referiu à necessidade de obter-se mais investimentos a fim de que surjam *novas oportunidades para juventude*. Outro entrevistado da FETRAF afirmou ser necessário haver políticas continuadas e permanentes e que: *PRONAF jovem só, 'primeira terra' do jeito que está não está funcionando não tem jeito, é um programinha de capacitação aqui e outro ali, também não resolve.*

Os entrevistados do PROJOVEM analisaram a necessidade do poder público: *ver o jovem como um instrumento e fazer com que esse país cresça mesmo; afirmaram, também, que o futuro está na juventude. Pediram um retorno concreto das várias demandas que apareceram durante a Conferência.*

Os jovens da Pastoral reforçaram a idéia do cumprimento daquilo que foi decidido na Conferência, pedindo devolução do trabalho de pesquisa e enviando um recado para todos os jovens da Conferência: (...) *que os jovens nunca desistam de seus sonhos porque nós somos do tamanho dos nossos sonhos.*

A Conferência, para os entrevistados da UNE, já era *vitoriosa, (...) são 400 mil participantes e todo esse esforço, toda essa mobilização que aconteceu aqui (...) deverá ser concretizada. O maior anseio mesmo é que isso se torne realidade e não fique só na discussão e no debate.*

A UBES teve como objetivo lutar pelos jovens por um Brasil melhor: *O recado que eu quero dar para o Governo Federal é que a juventude hoje é uma juventude consciente do seu papel. A juventude quer participar, quer dar a sua contribuição e é isso que estamos fazendo nesta Conferência.* As PPJ's deveriam ser em todas as áreas para que se tivesse um projeto de país: *trabalho, esporte, educação ou lazer, cultura, políticas de transporte, política de primeiro emprego e, principalmente, em educação básica, porque primeiramente, a gente tem que pensar em colocar todo mundo na escola. (...)*

A reivindicação de que as propostas se tornem realidade foi repetida em todos os discursos, constituiu-se uma demanda da maioria dos que participaram da Conferência, explicitada em cada uma das falas. Os Jovens de Povos de Terreiro pediram que se *transformem em regulamentação, em lei* [as propostas] e que os políticos colaborem: *que eles possam fazer força para que aconteça para dar um ponto para nós jovens.* Ponderaram sobre as suas especificidades e pediram que os jovens, em geral, obtivessem mais informações sobre o candomblé: *No candomblé nós não cultuamos o diabo, nós cultuamos Exu e o que significa o Exu: é o mensageiro entre o céu e a terra. Nos não cultuamos a peste lá, nós cultuamos Oxum. Oxum é o quê? É a natureza, a Deusa das Águas, é doçura, amor.*

Os LGBT referiram-se às várias discriminações e terminaram a entrevista com a seguinte frase: *Todos conclamam: Não, não, não à discriminação! Abaixo do silicone também tem um coração!*

A ONG Viração pediu iniciativas como Conferências continuadas e que: *as propostas que foram levantadas aqui, realmente sejam avaliadas no sentido de quais vão favorecer a sociedade e não de quais são politicamente corretas por serem aceitáveis.*

Os entrevistados do grupo Hip Hop valorizaram a sua cultura e recomendaram que as escolas poderiam incluir a música e a dança no seu currículo a fim de: (...) *dar oportunidade por menor que seja, por menos idade que tenham, ele tem criticidade e é isso que a gente precisa, estar fomentando entre nossas crianças que é o nosso público alvo.* Citaram a importância da política de cotas e da necessidade de: *transformar as universidades privadas em universidades públicas.*

O grupo de ciganos queria mudar a imagem que existe sobre eles: (...) *Queremos uma ajuda do governo, pra acabar com essa imagem feia sobre cigano (...).*

A JSB pretende levar as discussões para o país inteiro, e que *se comece a olhar de modo especial para as políticas públicas de juventude.*

Resoluções da Conferência Nacional de Juventude

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Ensino Superior	<p>1. Ampliação do investimento em educação como fator imprescindível para construção de uma educação de qualidade para todos e todas que consiga contribuir para o desenvolvimento do país. Para tanto, defende-se o investimento de 10% do PIB educação. Reivindicação do fim da vinculação das receitas da união (DRU) e de derrubada dos vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação). Reivindica-se que 14% dos recursos destinados às universidades federais sejam destinados exclusivamente à assistência estudantil por meio da criação de uma rubrica específica. Defende-se também a ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do PROUNI e para estudantes de baixa renda de universidades privadas e a garantia da transparência e democracia na aplicação dos recursos.</p>
	<p>2. Garantia de acesso e permanência dos estudantes excluídos, priorizando as cotas e os programas que garantem a inclusão dos jovens ao ensino superior e aperfeiçoamento do PROUNI. Expansão e interiorização das universidades públicas (municipais, estaduais e federais), considerando a realidade regional, visando às demandas das comunidades do campo e tradicionais, tendo em vista a ampliação e a oferta de cursos noturnos diversificados, bem como a implementação de política de assistência estudantil (bolsa permanência, transporte e moradia estudantil) e a valorização dos profissionais de educação.</p>
	<p>3. Democracia nas universidades com eleições paritárias para reitoria, fim da lista tríplice, eleições universais para demais unidades acadêmicas e cargos eletivos, composição paritária dos conselhos e espaços decisórios das instituições, e garantia de organização do movimento estudantil com livre trânsito dos diretores das entidades no âmbito público e privado;</p>
Educação Profissional e Tecnológica	<p>1. Garantia da ampliação de investimentos, do fortalecimento e do acesso ao ensino profissional e tecnológico, priorizando a descentralização (interiorização), atendendo às demandas regionais socioeconômicas e culturais pelas parceiras entre os entes da federação e a sociedade civil.</p>
	<p>2. Inserção da educação profissional no currículo da educação básica, preparando o jovem aos desafios do mundo do trabalho, atendendo às potencialidades regionais e realidades econômicas e sociais.</p>
	<p>3. Garantia da integração do ensino profissional ao ensino regular e incentivo o cumprimento da lei do aprendiz e do estágio para capacitar o aluno para o mundo do trabalho, com base nos conceitos da politecnia.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Educação Básica - Ensino Médio	<p>1. Ampliação dos recursos destinados à educação pública para no mínimo de 10% do PIB, incluindo a não retirada do imposto sobre o salário educação na reforma tributária, fazendo a aplicação direta na formação continuada e infraestrutura das instituições escolares, assistência estudantil e valorização dos profissionais da educação, incluindo a obrigatoriedade da equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, psicopedagogo) com um piso salarial que atenda às necessidades dos professores, dando-lhes condições de priorizar a qualidade de ensino, tendo como prioridade impedir o surgimento de novos estabelecimentos de ensino privado e eliminar progressivamente o ensino privado no país.</p> <p>2. Garantia de reserva de vagas, por curso e turno, em 50% nas universidades públicas e escolas técnicas para os/as alunos/as oriundos de escola pública com garantia de uma política de passe estudantil com objetivo de chegar ao passe livre para todos os estudantes.</p> <p>3. Implantação da rede nacional (nas três esferas da federação) do ensino médio, que garanta acesso da população do campo, ribeirinhos e comunidades tradicionais. Incluindo as disciplinas de filosofia e ciências sociais (antropologia, sociologia e ciências políticas), como disciplinas obrigatórias em toda a duração do ensino médio, construindo materiais didáticos segundo os aspectos regionais e diversidades culturais (indígenas, negros(as), quilombolas, comunidades tradicionais, livre orientação sexual, igualdade de gênero e necessidades especiais).</p>
Educação Básica - Elevação da Escolaridade	<p>1. Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico do cieps (centros integrados de educação pública).</p> <p>2. Garantia para todos os níveis e modalidades de ensino de merenda escolar, transporte escolar e passe livre para a juventude e estudantes.</p> <p>3. Ampliação dos recursos vinculados ao PIB para a educação pública, gratuita e de qualidade (10% do pib), acabando com a DRU.</p>
Trabalho	<p>1. Redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários, conforme campanha nacional unificada promovida pelas centrais sindicais.</p> <p>2. Crédito para a juventude e construção de um marco legal que viabilize o cooperativismo, a economia solidária e o empreendedorismo da juventude do campo e da cidade, desburocratizando o acesso ao crédito, à formação e ao mercado consumidor.</p> <p>3. Ampliação dos programas governamentais, voltados ao primeiro emprego, garantindo a co-gestão da sociedade civil e reformulação das leis do estágio e do aprendiz, visando garantir os direitos trabalhistas e convenções coletivas, para os jovens da cidade e do campo, respeitando as realidades regionais.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Cultura	<p>1. Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Tais espaços, sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude. Reconhecimento e incentivo do hip hop como manifestação cultural e artística.</p>
	<p>2. Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos pontos de cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando-se em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.</p>
	<p>3. Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional em todos os meios de comunicação (tv aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento e entendendo os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do áudio visual.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Sexualidade e Saúde	<p>1. Garantia da efetivação dos direitos à saúde integral da população jovem, que contemplem as suas necessidades e as diversidades de etnia, de orientação sexual, de gênero e dos diversos modelos de família, atendendo às populações vulneráveis, promovendo a educação em saúde, com destaque nas mulheres, juventude negra, LGBT, jovens com deficiência, moradores de comunidades populares, jovens em situação de rua, jovens cumprindo medidas socio educativas e jovens que vivem com hiv/aids; garantia e ampliação da participação da juventude e sua diversidade nos processos de gestão participativa e nos espaços de formulação e controle social (conselhos e conferências), incluindo os específicos de saúde indígena nas políticas públicas de saúde; garantia de mais investimento na saúde pública (regulamentação da emenda constitucional nº29), tendo em vista o fortalecimento do SUS e a ampliação do acesso dos jovens nas temáticas prioritárias para a implementação de políticas públicas da saúde para a juventude destacando-se: a) drogas lícitas e ilícitas; b) sexualidade e direitos sexuais e direitos reprodutivos (gravidez na adolescência, planejamento familiar e reprodutivo, descriminalização do aborto, segurança alimentar, violência doméstica, abuso e exploração sexual). c) inclusão da população jovem como prioridade no pacto pela vida.</p>
	<p>2. Ampliação e/ou implementação de projetos e programas a exemplo do projeto saúde e prevenção nas escolas - SPE, que desenvolvam metodologias educativas e participativas sobre sexualidade, gênero, gravidez na adolescência, diversidade sexual, prevenção das dst/aids, promoção da saúde de jovens vivendo ou não com hiv/aids, direitos sexuais, direitos reprodutivos, vulnerabilidades e demais temas relativos à saúde e aos direitos humanos, garantindo a disponibilização gratuita de insumos de prevenção, bem como a efetiva formação e participação de profissionais de saúde, de educação e de jovens multiplicadores em zonas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas e utilizando espaços como escolas, PSF, UBS, comunidades, unidades e projetos de medidas socioeducativas, bem como de mais espaços e instituições que trabalham com adolescentes e jovens, respeitando as escolhas individuais e as especificidades locais.</p>
	<p>3. Instituição de ações de planejamento familiar e reprodutivo que contemplem os diferentes modelos de família e garantam autonomia de jovens de ambos os sexos com diferentes orientações sexuais, a preservação da vida das mulheres e de seus filhos e suas filhas, intensificando-se ações preventivas e a distribuição de preservativos, além de garantir o acesso facilitado, sem burocracia, aos métodos contraceptivos, incluindo a anticoncepção de emergência; a materiais educativos, incluindo a criação e circulação de programas televisivos e campanhas direcionadas aos jovens com atendimento de todas as suas especificidades, para orientação e acesso à informação sobre dst's, hiv/aids de forma continuada e não pontual, construídas com e para jovens.</p>
Meio Ambiente	<p>1. Criação de política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “programa nacional de juventude e meio ambiente”, institucionalizado em PPA (plano plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da agenda 21 da juventude para fortalecer os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.</p>
	<p>2. Qualificação da juventude nas áreas ambientais, utilizando recursos como do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), entre outros, para atuarem em projetos de educação ambiental, unidades de conservação, ecoturismo, recuperação das áreas degradadas, dentre outras.</p>
	<p>3. Criação e ampliação de assentos para juventude assegurados com direito a voto em todos os conselhos, comitês e órgãos de fiscalização, deliberação e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento, nas esferas municipal, estadual e federal.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Política e Participação	<p>1. Criação do sistema nacional de juventude, composto por órgãos de juventude (secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do governo, com dotação orçamentária específica; conselhos de juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; fundos nacional, estaduais e municipais de juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas de projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse sistema.</p> <p>2. Garantia de ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial e da paridade de gênero; mudança na faixa-etária da elegibilidade para a idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais e 27 anos para senador, governador e presidente da república.</p> <p>3. Incentivo e implementação nas escolas e universidades de mecanismos e disciplinas (discutidas com o CONJUVE e o MEC) relacionadas à participação política, que estimulem o debate e a troca de informações sobre temas referentes a governo, movimentos sociais, história, conjuntura política e econômica, cidadania e políticas públicas, exercitando e desenvolvendo assim o senso-crítico, sobretudo, sobre a realidade local.</p>
Tempo Livre e Lazer	<p>1. Criação de centros públicos e gratuitos de tempo livre e lazer, a partir da construção ou reutilização de espaços públicos, seguindo critérios de descentralização dos municípios polos, dotados de infra-estrutura de esporte, lazer, cultura e acesso aos meios tecnológicos de forma inclusiva, garantindo o desenvolvimento local tanto nos centros urbanos, rurais, como nas regiões de vulnerabilidade.</p> <p>2. Garantia de 1% do orçamento nacional para o esporte e lazer.</p> <p>3. Democratização e ampliação de construção e organização do tempo livre da juventude e sua comunidade, como política de estado, fortalecendo: i) as políticas públicas para e pelo tempo livre em escolas públicas, universidades, centros públicos, espaços comunitários; ii) a gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil organizada e iii) a rede de pesquisa diagnóstica e avaliativa de espaços públicos e acessibilidade capazes de gerar indicadores que orientem as ações dos gestores.</p>
Esporte	<p>1. Ampliação e qualificação dos programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de estado, tais como programas esporte e lazer da cidade, bolsa atleta e segundo tempo com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.</p> <p>2. Criação de centros públicos e gratuitos de juventude, com construção ou reutilização de espaços públicos, priorizando a descentralização dos municípios polos, dotados de infra-estrutura de esporte (praças da juventude, quadras poli-esportivas, clubes aquáticos), lazer, cultura (locais para apresentação, sala de cinema e biblioteca) e acesso aos meios tecnológicos, respeitando a realidade local.</p> <p>3. Vinculação de, no mínimo, 1% do orçamento para o esporte, na união nos estados e municípios.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Segurança	<p>1. Ações contra a redução da maioridade penal, pela aplicação efetiva do estatuto da criança e do adolescente - ECA.</p> <p>2. Seguridade, no âmbito das políticas públicas de segurança, da prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infra-estrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e formação nas áreas de direitos humanos e mediação de conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo Pronasci.</p> <p>3. Garantia da implementação do Sinase na aplicação e na execução das medidas socioeducativas, priorizando a municipalização das medidas em meio aberto, enfatizando o caráter socioeducativo das medidas de privação de liberdade, assegurando acesso à educação, ao lazer, à formação profissional, ao mercado de trabalho e ao acompanhamento por profissionais qualificados, reafirmando a posição contrária ao rebaixamento da idade penal.</p>
Drogas	<p>1. Garantia da criação, expansão e fortalecimento de centros permanentes especializados em tratamento para dependentes químicos e pessoas vivendo com hiv/aids, voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens de forma gratuita com qualidade, incluindo atividades lúdicas orientadas por jovens qualificados e capacitados.</p> <p>2. Reconhecimento da extensão fronteiriça do Brasil, propondo maior controle no que se refere à entrada de drogas, armas e outros produtos ilegais garantindo aos profissionais de segurança, capacitação e equipamentos adequados para controle das fronteiras.</p> <p>3. Garantia de acolhimento, assistência e acompanhamento psicológico, familiar e social do jovem em conflito com a lei, usuário de substâncias psicoativas, incentivando a reinserção social e orientação vocacional, visando ao desenvolvimento da autoestima e da reintegração do jovem de forma digna.</p>
Comunicação e Inclusão Digital	<p>1. Ampliação das concessões para rádios comunitárias garantindo a democratização e a desburocratização da comunicação, com prazo máximo de 02 (dois) anos para legalização e criação de um órgão próprio de fiscalização.</p> <p>2. Ampliação de oportunidades de capacitação e qualificação de professores e jovens para a produção de projetos de comunicação e de inclusão digital, com inclusão dos jovens da periferia e de suas respectivas comunidades escolares, visando à produção, exibição e distribuição por esses jovens. Os espaços serão administrados pelos jovens e os produtos audiovisuais e outros (jornal) deverão ser exibidos nos principais canais de tv e na comunidade onde foi produzido.</p> <p>3. Pela manutenção do primeiro substitutivo do dep. jorge bittar ao pl 29/2007, garantido no mínimo percentual de 10% para a produção independente em todos os canais.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Cidades	<p>1. Transporte/Mobilidade Garantia de acessibilidade e mobilidade às cidades das diferentes juventudes em todos os municípios brasileiros, por meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da efetivação do passe livre para a juventude e estudantes, dando aos municípios a prerrogativa de definir os perfis, de acordo com as diferentes realidades, consultados os conselhos de juventude; - da garantia de recursos para essa finalidade no fundo nacional de juventude a ser criado; - de uma política de incentivo, de âmbito nacional, à criação e à manutenção de empresas públicas de transporte coletivo; - da adaptação do espaço público das cidades às necessidades dos jovens portadores de deficiência física e do incentivo à utilização de meios de transporte alternativos e não poluentes (como bicicletas, com a implantação de ciclovias).
	<p>2. Reforma urbana para garantir o direito do jovem na área urbana cidade, em conformidade com o estatuto da cidade, por meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de uma política de habitação de interesse social que proporcione financiamento de moradias para famílias formadas por jovens; - do cumprimento da função social da propriedade, da reversão para moradia de interesse social dos imóveis utilizados para fins ilícitos e da simplificação dos processos de regularização fundiária nas terras públicas e privadas, com cotas para jovens; - da formulação dos planos municipais e estaduais de saneamento ambiental, de forma participativa que se contemplem os anseios e as necessidades da juventude e os processos de coleta seletiva por meio de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis; - da garantia de espaços de interação social e equipamentos de esporte, lazer e cultura, aproveitando o espaço escolar nos fins de semana (institucionalização do programa escola aberta).
	<p>3. Regionalização das políticas públicas e implementação das políticas públicas de juventude:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de acordo com os dados do índice de desenvolvimento juvenil (IDJ) da Unesco para cada região e/ou estado, para que sejam aplicadas de acordo com as demandas, priorizando as carências e especificidades de cada localidade. - de forma a garantir políticas de educação e trabalho que possibilitem ao jovem a opção pela permanência nas cidades do interior.
Família	<p>1. Criação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da juventude, sejam elas: econômicas, sociais, psicológicas, esportivas, culturais e ambientais, com objetivo de aproximar o jovem da família por meio de um centro específico para a juventude. Fomento à existência destes espaços de referência da juventude e a capacitação de agentes que trabalhem neste local.</p>
	<p>2. Oferta de cursos de geração de renda para pais desempregados, proporcionando-lhes oportunidades e empregabilidade que garantam melhor qualidade de vida para a sua família, além de eliminar a possibilidade do trabalho infantil.</p>
	<p>3. Garantia da efetivação do ECA, Sinase, plano nacional de convivência familiar e comunitária, pela articulação de ações entre o sistema de garantia de direitos. (poder público, conselho tutelar, cmdca e sociedade civil).</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
<p>Povos e Comunidades Tradicionais</p>	<p>1. Seguridade dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caboclos, mestiços, agroextrativistas, seringueiros, fundos de pasto, dentre outros que buscam ser reconhecidos), em especial da juventude, preservando suas culturas, línguas e costumes e combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, integrantes, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais.</p> <p>2. Reconhecimento e inserção, com pesquisa, da história das comunidades e dos povos tradicionais (os reconhecidos e os que buscam reconhecimento) no sistema educacional oficial brasileiro, produzindo materiais didáticos, informativos e de audiovisual com fomento de recursos da Capes, Cnpq e Secretaria Nacional de Juventude pela participação de representações das comunidades tradicionais na construção da matriz curricular da educação com material didático e formação dos professores.</p> <p>3. Garantia do acesso e permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de financiamento que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo.</p>
<p>Jovens Negros e Negras</p>	<p>1. Reconhecimento e aplicação pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), priorizando- as como diretrizes étnico/raciais de/ para/com as juventudes.</p> <p>2. Responsabilização do Estado em implementar políticas específicas de extinção do genocídio cotidiano da juventude negra que se dá pelas políticas de segurança pública, ação das polícias (execução sumária dos jovens negros/as e tortura), do sistema prisional e a ineficácia das medidas socioeducativas que violam os direitos humanos; e de saúde, que penalizam especialmente a jovem mulher negra.</p> <p>3. Aprovação <u>imediata</u> do estatuto da igualdade racial, com a criação de um fundo governamental para o financiamento de suas políticas.</p>
<p>Cidadania GLBT</p>	<p>1. Incentivo e garantia à Senasp/mj a incluir em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada em nível nacional, estadual e municipal no atendimento e na abordagem e no aprendizado ao respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero com ampliação do Decradi - Delegacia de crimes raciais e intolerância.</p> <p>2. Criação e revisão curricular e institucional do espaço escolar para garantir o reconhecimento das especificidades das/dos jovens GLBT, de forma permanente, garantindo nas escolas e universidades o reconhecimento e a valorização da livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero, tais como: formação de professores em direitos humanos e nos cursos de extensão e pesquisa.</p> <p>3. Promoção de campanhas e propagandas com personagens adolescentes e GLBT sobre dst/aids; criação de material específico de sexo seguro para as lésbicas e capacitação contínua de profissionais de saúde para a humanização do atendimento e tratamento a esse público, respeitando suas especificidades.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Jovens Mulheres	<p>1. Implementação de políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e à legalização do aborto.</p> <p>2. Implementação de políticas públicas que promovam a democratização do acesso a uma educação laica, não sexista, não racista, não lesbofóbica/homofóbica/transfóbica, não heteronormativa, mas democrática e anti-capitalista, fortalecendo o cumprimento dessas temáticas nas grades curriculares e a valorização das diversidades nos ensinos infantil, fundamental, médio e universitário. Para tanto: formar/capacitar/sensibilizar professoras/professores, comunidade escolar e jovens multiplicadoras/multiplicadores; revisar os materiais didáticos e paradidáticos; expandir os cursos noturnos; garantir creches em todos os turnos; ampliar os programas de alfabetização para mulheres jovens e incluir sexualidades como disciplina nas grades curriculares.</p> <p>3. Enfrentamento de todas as práticas de violência contra as jovens mulheres: violência de gênero, moral, sexual, física, racial, patrimonial, doméstica, de orientação sexual e psicológica, monitorando a implementação da Lei Maria da Penha e a notificação compulsória, garantindo a destinação de verbas para seu funcionamento, com ênfase na criação dos juizados especializados, acionando e executando os mecanismos de coibição e penalização da exploração sexual, do tráfico para a mercantilização do corpo das mulheres, garantindo também direitos humanos às jovens em situação de prisão.</p>
Jovens Portadores de Deficiência	<p>1. Ratificação imediata da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência da ONU como emenda constitucional.</p> <p>2. Utilização da comunicação para promover a inclusão e democratizar informações sobre os direitos e as especificidades de jovens com deficiência, desmistificando estigmas, garantindo o direito de expressão e a maior participação de jovens com deficiência na mídia, visando ao combate à discriminação.</p> <p>3. Garantia da implementação da fiscalização de leis nacionais e decretos federais que tratem da inclusão e da acessibilidade de jovens com deficiência, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade na diversidade, com direito à participação e à formação de jovens com deficiência como líderes e agentes políticos.</p>
Fortalecimento Institucional da Política Nacional de Juventude	<p>1. Aprovação pelo congresso nacional do marco legal da juventude: regime de urgência da pec n.º 138-b/2003, plano nacional de juventude e estatuto dos direitos da juventude pl 27/2007.</p> <p>2. Criação do sistema nacional de políticas públicas de juventude que confira <i>status</i> de ministério à Secretaria Nacional de Juventude, exigindo que a adesão de estados e municípios seja condicionada à existência de órgão gestor específico e respectivo conselho de juventude. A partir de dezembro de 2009, os recursos do fundo nacional de juventude, do Projovem e demais programas de juventude, apenas continuarão a ser repassados aos estados e municípios que aderirem ao sistema.</p> <p>3. Aprovação da PEC da juventude, do plano nacional de juventude e do estatuto da juventude. Criação do fundo nacional de juventude e de órgãos da juventude, com orçamento próprio, em todos os municípios e estados.</p>

Relação dos Temas	propostas com maior pontuação do tema
Juventude do Campo	<p>1. Garantia do acesso a terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independentemente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando esse segmento nas metas do programa de reforma agrária do governo federal, atendendo à sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo, tornando fundamental a revisão dos índices de produtividade e do estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais.</p> <p>2. Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso a terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformação do Pronaf jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não agrícola.</p> <p>3. Efetivação da educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade. Implementação das diretrizes operacionais da educação do campo, garantindo infraestrutura e mudança curricular que contemple a diversidade regional, atendendo a todos os níveis (básico, profissionalizante e superior), em especial investindo no fim do analfabetismo no meio rural. Assunção pelo Estado assume dos custos dos centros familiares de formação por alternância e outras iniciativas de educação do campo, da sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para a juventude da agricultura familiar e camponesa.</p>
Outros Temas	1. Fim da obrigatoriedade do serviço militar, e criação de programas alternativos de serviços sociais não obrigatórios.

NOTA: Resoluções aprovadas em Assembléia Geral ao final da Conferencia

Lista de Tabelas

TABELA 1. Instituições e entidades em que os participantes da I Conferência Nacional de Juventude mais confiam - Brasília, 2008.....	33
TABELA 2. Instituições e entidades em que os participantes da I Conferência Nacional de Juventude menos confiam - Brasília, 2008.....	34
TABELA 3. Percepção dos participantes da Conferência Nacional de Juventude sobre os jovens - Brasília, 2008	36
TABELA 4. Percepção dos participantes da Conferência Nacional de Juventude sobre as características dos jovens - Brasília, 2008	71
TABELA 5. Problemas brasileiros considerados mais graves pelos participantes da Conferência Nacional de Juventude - Brasília, 2008	76



Lista de Quadros

QUADRO 1. Comparando Gerações de Jovens	42
QUADRO 2. O que se entende por participação	68
QUADRO 3. Juventude e Polícia: vozes de jovens	78



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coords.), ALVES DE SOUZA, Allan Nuno, SOUZA LIMA, Fabiano e PINHEIRO, Leonardo (2006). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia, LIMA, Fabiano, PINHEIRO, Leonardo e RODRIGUEZ, Ernesto. *Políticas públicas de/ para/ com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

ARENDT, Hannah. Trad. Reinaldo Guarany. *O que é política? Fragmentos das obras póstumas de Úrsula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BANCO MUNDIAL. *Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração*. Washington: Banco Mundial, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BOUDON, R.; BARRICAUD, F. *Violência*. In: BOUDON, Raymond; BARRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

BOURDIEU, P. (coord). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni; ABRAMO, Helena Wendel (orgs.) *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: 1ª ed. Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005

BRANDÃO, Elaine Reis. *Gravidez na Adolescência nas Camadas Médias: um Olhar Alternativo. Culturas jovens: novos mapas do afeto*. In: MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel e EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas Jovens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

BRANT, V. C. (1989), *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo, Brasiliense.

BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo. *Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública*. Rio de Janeiro: Observatório Jovem do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=541&Itemid=23. Acessado em: 12 de outubro de 2008.

BUSSON, Shayana. *Participação Política da Juventude e Cyber-espaço. Rede de Informação Tecnológica Latino-americana*. 2008. Disponível em: http://www.ritla.net/index.php?option=com_content&task=view&id=1473&Itemid=326. Acessado em: 27 de outubro de 2008

CALDEIRA, T. P. *Direitos Humanos ou Privilégios de bandidos? Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. 1991.

CANCLINI, Nestor (org.). *Culturas en globalización: América Latina – Europa – Estados Unidos: libre comercio e integración*. Caracas (Venezuela): Editorial Nueva Sociedad, Seminario de Estudios de la Cultura (CNCA), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 1996.

CARRANO, Paulo. *Juventude e participação no Brasil – interdições e possibilidades. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas*. São Paulo: IBASE, 2006. Disponível em: <http://www.juventudesulamericanas.org.br/index.php/downloads>. Acessado em: 08 de setembro de 2008

CARRANO, Paulo. *Juventude e Participação social no Brasil – evidências de um diálogo nacional com jovens de regiões metropolitanas*. São Paulo: IBASE/POLIS, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Communication, Power and Counter-Power in the Network Society*. In *International Journal of Communication* 1 (2007), 238-266.

CASTELLS, Manuel. *Internet, libertad y sociedad: una perspectiva analítica*. En: *Revista Tareas* Nro. 121: La sociedad de la información. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos “Justo Arosemena”, Panamá. Septiembre-Diciembre 2005. pp. 5-34.

CASTRO, Mary. *Migrações Internacionais e Direitos Humanos e o Aporte do Reconhecimento* – In: REMU – *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* – ano XVI, n 31, p 7-36, 2008.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam; LEON, Alessandro de. *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*. São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

CECCHETTO, Fátima e MONTEIRO, Simone. *Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro*, (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. *Rev. Estud. Fem.*, jan./abr. 2006, vol.14, n.1, p.199-218. ISSN 0104-026X.

CHAGAS, Marcos. *Congressistas consideram inoportuno debate sobre legalização do uso de drogas*. *Agência Brasil*: 1 de Março de 2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/01/materia.2007-03-01.8620410126/view>. Acessado em 20/10/2008.

CONJUVE; SNJ. *Caderno de Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventudes*. 2008.

CORREIA, Jadson Dias. *União civil entre pessoas do mesmo sexo* (Projeto de Lei 1151/95). *Jus Navigandi*, Teresina, ano 1, n. 10, abr. 1997. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=554> . Acesso em: 20/10/2008.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. *Protagonismo juvenil. Adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é Participação Política*. São Paulo: 8ª ed. Ed. Brasiliense, 1983.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Rio de Janeiro: Observatório Jovem. Disponível em: www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=34 . Acessado em: 12 de outubro de 2008

FRANCO, Cláudia. *A possibilidade jurídica do aborto*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 48, 31/12/2007 [Internet]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2730 . Acesso em 03/12/2008.

FRASER, Nancy and HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A Political Philosophical Exchange*. Londres: Verso, 2003.

FREITAS, Maria Virgínia de (org.). *Juventude e adolescências no Brasil: referências conceituais*. Caderno Juventude e Adolescência no Brasil. 2005. Disponível em: <http://www.juventudesulamericanas.org.br/index.php/downloads>. Acessado em: 08 de setembro de 2008

GOMES, Wilson. *Comunicação e Democracia de Massa: problemas e perspectivas. Internet e participação política em sociedades democráticas*. São Paulo: Editora: Paulus, 2004.

GOULART, Gabriela; FRANCISCO, Severino. *Adolescente e jovens no Brasil – participação social e política*. Brasília: UNICEF, FUNDAÇÃO ITAÚ, INSTITUTO AYRTON SENNA, 2007.

HERSCHMANN, Micael. (org.). *Abalando os anos 90 – Funk e Hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HOPENHAYN, Martín. *El estigma de las drogas ilícitas: una lectura desde la cultura*. Montevideo: Universidad de la República – Fundación Rockefeller, 1999.

IBASE/POLIS. *Pesquisa de Opinião: Juventude Brasileira e Democracia, Participação e Esferas de Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IBASE/POLIS, 2005.

JORGE, Éder. *Redução da maioria penal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, nov. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3374>. Acesso em: 25 nov. 2008. Acesso em 20/10/2008.

MAFFESOLI, Michel. *L'instant eternal*. Paris: Denoël, 2000.

MATTOS, Patrícia. *A Sociologia Política do Reconhecimento: As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annblume, 2006.

MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel e EUGENIO, Fernanda (orgs.). *Culturas Jovens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

NOVAES, Regina. *A Juventude de Hoje: (Re) Invenções da Participação Social. Resumo da Conferência do 75º Aniversário da Fundação W.K.KELLOG*. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.wkkf.org/DesktopModules/WKF_DmaItem/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=145&ListID=28&ItemID=1450049&fld=PDFFile. Acessado em setembro de 2008.

NOVAES, Regina; CARA, Daniel; SILVA, Danilo MOREIRA; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.

ORTEGA, Rosário, MORA-MERCHÁN, Joaquin, JÄGER, Thomas (Eds.). *Actuando contra El Bullying y La Violência Escolar: El Papel de los medios de comunicación, las autoridades locales y de internet*. Verlag Empirische Padagogik: Landau, 2007. Disponível em http://www.bullying-in-school.info/uploads/media/E-Book_Spanish_01.pdf . Acessado em: setembro de 2008.

Pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania e Perseu Abramo, 2005.

PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. *Raça, novas perspectivas antropológicas*. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: 2ª edição revisada e ilustrada e ampliada. Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil, volume 68).

PONTE DE SOUSA, Janice Tirelli. *Reinvenções da Utopia. A Militância Política de jovens nos anos 90*. São Paulo: FAPESP, Hacker Ed, 1999.

PRADO, Marco Aurélio; MACHADO, Frederico. *Preconceito contra homossexualidades*. Coleção preconceitos. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANTOS, Boaventura Souza, *O futuro da Democracia*. Lisboa: Ed. Visão, 2006.

SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

SOUZA, Regina de Magalhães. *O Discurso do Protagonismo Juvenil*. São Paulo: Ed Paulus, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Governo do Estado de Fortaleza, 2003. Disponível em: http://www.juventude.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=30&Itemid=44. Acessado em: 22 de setembro de 2008.

VAZ, José Carlos. *Uso da Internet pelos governos e promoção da cidadania*. Revista UNICSUL, dez 2003, v. 8, n. 10, p54-65. ISSN 1414-1892.

WERTHEIN, Jorge. *Educação e inclusão na sociedade do conhecimento*. In CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Disponível em: <http://www.cebela.org.br/CbartigosDet.asp?artigo=88>. Acessado em Novembro de 2008.